

Arquitetura não é para pobre!

_ Ensino e prática popular, a experiência do
Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da
UFS, o Trapiche



MAISA DA SILVA ROCHA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CAMPUS DE LARANJEIRAS

MAISA DA SILVA ROCHA

**Arquitetura não é para pobre! Ensino e prática popular, a experiência do
Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe do Campus de Laranjeiras para a obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando de Antônio Santos de Souza

LARANJEIRAS

2021

MAISA DA SILVA ROCHA

**Arquitetura não é para pobre! Ensino e prática popular, a experiência do
Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado em 16 de março de 2021 para a
obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza
Universidade Federal de Sergipe (DAU-UFS)

Prof. Dr^a. Ana Maria de Souza Martins Farias
Universidade Federal de Sergipe (DAU-UFS)

Prof. Dr^a. Karina Oliveira Leitão
Universidade de São Paulo (FAAU-USP)

LARANJEIRAS

2021

AGRADECIMENTOS

_ com toda a certeza que tenho no mundo, **aos meus irmãos!** Aos meus amados e queridos irmãos. A gente passou por tanta coisa, tanta humilhação e abandono, medo!! Jamais soltamos as mãos uns dos outros, companheirismo é a palavra correta. É sem dúvida com vocês que entendi o sentido de amar incondicionalmente. Com todo amor: essa vitória não é somente minha, mas nossa!

_ puxando esse gancho familiar, devo citar **o meu amado Guigui** e agradecer à minha cunhada por essa benção em nossas vidas. Muitos aprendizados. Amo vocês!

_ **às, “minhas senhoras,** que no findar deste trabalho se somaram à luta organizada por moradia, não por que as inspirei, mas por força da necessidade.

_ **a todos os amigos** que me apoiaram incansavelmente durante esses árduos anos. Principalmente **a Lucas** que sempre mentiu ao me adjetivar como “nossa você é incrível”, “amiga tu é foda”, “tu é boa, viu?”, “maravilhosa!!!”. É aquela coisa “uma mentira repetida várias vezes...” se converte em força de vontade e apoio. Eu te amo, você sabe... amor de outras vidas! É uma década compartilhada.

_ aos meus amados e inesquecíveis professores do CEMB: Claudenice; Eugênio; Claudemir; Pedro Everton; Marcos Santiago; Taurino; e tantos outros que foram importantes para a minha vida (lembrem de mim?).

_ a minha querida professora “madrinha” musa **inspiradora Ana Maria** que me retirou da engenharia e jogou no exaustivo e “detalhoso” curso de arquitetura e urbanismo, sempre me confortando com sábias palavras. Almejo um dia ser um terço. À senhora toda a gratidão possível!

_ ao meu aguerrido professor **Fernando Antônio, um verdadeiro ícone.** Graças aos gritos e berros - resultantes da indignação com as monstruosidades do cotidiano - me despertou a vontade de compreender e me rebelar contra tudo isso também. Essencial a esse curso. Apesar das discordâncias teóricas e até mesmo metodológicas, tais debates me incentivaram a sempre buscar o “porquê?!”. Um pai!

_ **a todos camaradas da UJC e do PCB,** que em 4 anos me tornaram forte e incisivamente contrária a essa barbárie em que vivemos chamada capitalismo. Principalmente meu amado núcleo sergipano. Vocês inspiram o justo, o melhor e o bom do mundo!

_ao meu **TRAPICHE** e aos meus **TRAPICHEIROS:** vocês são sem dúvidas o diferencial desse curso!

_ sendo clichê pois o momento merece, recorrerei a uma frase qualquer do camarada Niemeyer que ao ser aprovada no vestibular me instigou e ainda persiste a me motivar para quem sabe um dia ser gigante, pois... **“A gente tem que sonhar, ou então as coisas não acontecem”!!!!**

“Mesmo sendo forte
O coração é um menino
Que ama e chora por dentro
E segue o seu destino”

(CÁSSIA, Rita. Saga de um Vaqueiro)

“O homem coletivo sente a necessidade de lutar”

(NAÇÃO ZUMBI, 1994)



Imagem 1. Registro fotográfico feito na ocupação “Dom Helder Câmera” organizada pelo MLB na cidade do Recife. Fonte: Acervo próprio, 2019

RESUMO

“Arquitetura não é para pobre!”, “Arquitetura é coisa de gente rica!” são frases frequentemente esbravejadas que transparecem o caráter elitista da arquitetura e que diante dos resultados da pesquisa demandada pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ao instituto Datafolha em 2015, evidenciando o excludente acesso desses serviços à boa parte da população brasileira. Diante disso, o Trabalho de Conclusão de Curso II intitulado por “Arquitetura não é para pobre! Ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS, Laranjeiras/SE”, tem por objetivo discutir e avaliar a práxis social a partir da extensão universitária popular atendida por “Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – O Trapiche” da Universidade Federal de Sergipe, desenvolvida no período que compreende 2014, ano de sua fundação, até então. Tendo por metodologia a revisão bibliográfica onde foram realizadas leituras de livros, artigos, revistas e outros materiais encontrados na literatura que tratem a respeito da atuação do Estado, das políticas públicas, da pobreza e exclusão urbana tendo como foco a práxis social na arquitetura e urbanismo. Em relação ao TRAPICHE, as análises terão por base as atas de reuniões e Assembleias Gerais, materiais disponíveis em seu acervo e redes sociais oficiais. Por fim, a perspectiva adotada demonstrará que através da práxis social, exercendo a função social da arquitetura por via da assessoria técnica, será possibilitada a formulação de um “novo saber fazer” que não apenas contemple a população trabalhadora excluída das oportunidades urbanas, mas que em conjunto com ela se formule novas sínteses, fortalecendo a importância do projeto EMAU enquanto prática extensionista popular.

Palavras-chaves: Habitação; Financeirização; Políticas Públicas; Assistência Técnica; Direito à Cidade.

SUMÁRIO

_01 INTRODUÇÃO	17
_02 CONTEXTUALIZAÇÃO	21
_ <i>SOBRE A ARQUITETURA</i>	23
_ <i>A FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO</i>	24
_ <i>AUTOCONSTRUÇÃO: IMPOSIÇÃO OU UMA RESPOSTA?</i>	31
_ <i>A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO</i>	34
_03 DA SALA DE AULA À PRÁTICA POPULAR	36
_ <i>O QUE É O EMAU?</i>	38
_ <i>COMO SURGE O TRAPICHE</i>	40
_ <i>A TRAJETÓRIA DO TRAPICHE POR MEIO DE SUAS AÇÕES</i>	45
2014 a 2015	45
2016 a 2017	46
2018-2019	52
2020-ATUAL	67
_04 BALANÇO: AS MUDANÇAS DO TRAPICHE	72
_ <i>ESTAR EM REDE É NECESSÁRIO</i>	76
_ <i>É PRECISO ESTAR ATENTO ÀS CONTRADIÇÕES</i>	77
_ <i>O URBANISMO TÁTICO E SEU LIMITE TÁTICO</i>	79
_05 CONCLUSÃO	83
_ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

_01 INTRODUÇÃO



Imagem 2. Registro fotográfico feito na ocupação “Dom Helder Câmera” organizada pelo MLB na cidade do Recife. Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem 3. Centro cultural das artes da ocupação “Dom Helder Câmera” organizada pelo MLB na cidade do Recife. Fonte: Acervo próprio, 2019.

Segundo pesquisa elaborada pelo CAU/BR¹ apenas 15% da população têm acesso aos serviços de arquitetura e urbanismo, por tanto, é de se esperar que boa parte da população não tenha compreensão do que se trata de fato a arquitetura e urbanismo. “Arquitetura não é pra pobre!”, “Arquitetura é coisa de gente rica!” muito se engana quem pensa que tais frases sejam proferidas apenas por pessoas vulneráveis socioeconomicamente, ao contrário, é comum dentro de um contexto onde é muito mais presente pessoas da classe média, como nas universidades ou conselhos de classe, por exemplo. Tais frases constituem o senso comum que se têm acerca da arquitetura de modo geral, para além de explicitar que tais serviços são negados à maioria explorada e oprimida de nossa população, também nos levam a refletir sobre o caráter historicamente elitista da profissão do arquiteto.

A arquitetura e urbanismo praticada até então, servindo ao Estado e a classe burguesa, desenha e promove uma cidade que não é acessível para a maioria da população, onde no máximo o que ocorre são ações mitigadoras – através de políticas públicas – às mazelas sociais inerentes ao sistema capitalista e às suas contradições. Como bem colocou Engels (1873, p.46) em seu famoso texto “Sobre a questão da moradia”:

[...] **a questão da habitação**, [...], não é de forma nenhuma uma questão exclusivamente operária” e não nos deixa dúvida de que “[...] a transferência da propriedade da habitação para o até então inquilino **em nada toca o modo de produção capitalista**” (p.56, grifo nosso).

E que por tanto, “Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver à sua maneira a questão da habitação – isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo [...]” (ENGELS, 1873). Vemos como até hoje essa aparente solução é vendida como o “Sonho da Casa própria” para classe trabalhadora, principalmente através dos aparelhos hegemônicos da mídia.

Aqui vale acrescentar que o trabalho não apenas visa tratar sobre o tema da moradia em si, mas a partir dele desenvolver a ideia de que habitação popular não se resume a casa física do trabalhador mas também no que decorre dela: autoconstrução, função social da profissão, financeirização da moradia e por fim analisar a atuação do Escritório Modelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS o “TRAPICHE”, desenvolvida no período que compreende 2014, ano de sua fundação,

¹ CAU/BR, 2015.

até então. Também será discutido como a prática extensionista incide sob a tarefa social do arquiteto perante os desafios de seu país, no intuito de buscar novas alternativas para os profissionais e estudantes da área.

A metodologia adotada neste trabalho foi realizada através dos seguintes procedimentos: análise bibliográfica de narrativas e discursos a partir da década de 80 no Brasil urbano, considerando o debate sobre a função social do arquiteto e urbanista, e a descrição e reflexões das atividades desenvolvidas pelo TRAPICHE ao longo dos anos. Nessa etapa de revisão bibliográfica foram utilizados diversos autores como Friedrich Engels e seu clássico texto “Sobre a Questão da Moradia”; Vilanova Artigas e seu livro “Caminhos da Arquitetura” para a discussão do ensino e prática social do arquiteto; os livros “Para entender a Crise Urbana” de Ermínia Maricato e “Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças” de Raquel Rolnik que auxiliaram no entendimento sobre as questões que tangem o espaço urbano e a financeirização da habitação; Para debater o processo da autoconstrução foi utilizado o famoso texto do sociólogo Francisco de Oliveira “O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”; e por fim “Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira” da socióloga Sabrina Fernandes para debater sobre a pós-política; textos seminais para elucidar as questões que envolvem o tema desse trabalho.

Portanto, foram realizadas leituras de livros, artigos, revistas e outros materiais encontrados na literatura que tratem a respeito da atuação do Estado, das políticas públicas, da pobreza e da exclusão urbana tendo como foco a práxis social na arquitetura e urbanismo. Em relação ao TRAPICHE, as análises como base as atas de reuniões e Assembleias Gerais, materiais disponíveis em seu acervo e redes sociais oficiais.

A perspectiva adotada demonstrará que através da práxis social será possibilitada a formulação de um “novo saber fazer” que não apenas contemple a população trabalhadora excluída das oportunidades urbanas, mas que **em conjunto com ela** se formule novas sínteses. No entanto, é preciso estarmos ciente do tamanho do nosso desafio, uma vez que, quaisquer medidas tomadas pelo Estado burguês para solucionar problemas relativos à cidade em nada altera o modo de produção capitalista da habitação.

_02 CONTEXTUALIZAÇÃO



Imagem 4. Casas construídas pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” no interior do estado de Alagoas. Fonte: Acervo próprio, 2019.

Imagem 5. Casas construídas pelo programa “Minha casa, minha vida”. Fonte: Google Imagens.



Imagem 6. Laje de uma casa localizada na ocupação “Dom Helder Câmara” no Recife. Fonte: Acervo próprio, 2019.

_ SOBRE A ARQUITETURA

Antes de introduzir a pesquisa deste trabalho, precisamos ponderar sobre o que se trata a arquitetura, e, mais do que isso, direcionar o leitor para as análises sobre qual arquitetura iremos tratar. A arquitetura está diretamente relacionada à época da sua ocorrência, do meio físico, econômico e social a que pertence, somada às técnicas e materiais empregados, e finalmente, dos objetivos visados e dos recursos financeiros disponíveis para a sua realização, ou seja, do programa proposto (OLYMPIO, 2014).

De modo geral, a arquitetura é a produção do abrigo, tendo por função inicial a proteção, acolhimento e refúgio para o ser humano, não se limitando a uma mera questão estética. Muito se fala sobre as cavernas serem um dos primeiros abrigos para a humanidade no paleolítico, e, apesar de não ser consenso entre os pesquisadores e críticos, para o arquiteto Pereira (2010, p. 21):

É a arquitetura como abrigo. É a necessidade de habitar, de se abrigar e de se proteger de um mundo agressivo; é o reflexo do eterno retorno ao claustro materno. [...] certamente as primeiras habitações humanas foram as cavernas que a natureza oferecia como local de refúgio contra os animais e os humores do clima.

Para Vitruvius (1960, p.13), em “O Tratado da Architectura”, arquitetura é a arte de construir. De acordo com este teórico, para uma boa prática arquitetônica são necessários o apoio de três pilares fundamentais: *firmitas* (à técnica), *utilitas* (a utilidade e função), *venustas* (beleza e estética). De forma genérica, em primeira análise, podemos dizer que a arquitetura através da técnica ou da arte - seja ela construtiva ou artística - cria e organiza espaços ou ambientes para abrigar os diversos tipos de atividades humanas, tendo também por intenção a estética e a forma plástica do objeto arquitetônico.

Se conceitualmente a arquitetura corresponde aos espaços criados para atender as diversas demandas do homem, entende-se que por princípio ela seja para todos, mas isso não faz parte da realidade dentro das cidades contemporâneas. Retomando a frase título deste trabalho “arquitetura não é para pobre”, nos faz questionar por qual motivo nem todos têm acesso a ela, ou, por qual motivo está sendo negada e/ou negligenciada.

Sabemos que coexistem em nosso país diferentes causas da pobreza, miséria e desigualdade social, e, por tanto, uma parcela da população não tem acesso a

serviços básicos de arquitetura e urbanismo. É na periferia onde os serviços públicos não chegam, quando existem não possuem qualidade suficiente para dar mínimas condições de vida àquela população, as expondo aos diversos riscos que são intrínsecos à essas localidades. Políticas públicas que visaram promover o acesso desse segmento populacional a tais serviços foram realizadas? Se sim, como se prosseguiu? Veremos exemplos a seguir.

A FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

O capitalismo é um modo de produção econômico que tem início no final da Idade Média. No capitalismo contemporâneo, a financeirização da riqueza ou rentismo institucionalizado, é uma expressão que indica a acumulação degenerada de capitais e demonstra um aprofundamento sem precedentes do parasitismo da nova burguesia (COSTA, 2007, p. 9). O capital financeiro se valoriza ficticiamente, independentemente da valorização produtiva e da extração de mais valia, ou seja, sem base material na realidade. A extração de lucro se dá muito mais através do rentismo (juros da dívida pública de um país é um exemplo) do que nas atividades produtivas. Segundo o economista Edmilson Costa em seu artigo publicado no “Colóquio MarxEngels” (2007, p. 7):

Isso está dando um caráter novo à luta pela hegemonia entre os blocos do grande capital: precisam unificar novamente sua estratégia, não só para reorganizar-se diante da globalização, impor uma nova disciplina ao mundo do trabalho, mas principalmente para **contrarrestar a tendência decrescente da taxa de lucro** que caracterizava a conjuntura mundial após a Segunda Guerra.

A financeirização é uma peça chave para esse novo momento da acumulação capitalista e em conjunto com a globalização, tornou possível pela primeira vez na história do capitalismo a burguesia explorar a nível mundial a classe operária e não apenas localmente. O setor financeiro ao tornar-se hegemônico, subordinou todos os outros setores da economia, tendo a capacidade de mudar decisões dos Bancos Centrais - as unidades financeiras nacionais - por exemplo. Portanto, é inevitável iniciar a discussão sobre a financeirização da moradia sem pontuar sobre essa nova fase do capitalismo.

Segundo Rolnik (2015, p. 31 apud HARVEY, 2014, p.241):

A financeirização consiste em um processo de conversão da economia política da habitação como um elemento estruturador de um processo de

transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea – era de hegemonia das finanças, do capital fictício e do domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo.

A partir da primeira década do século XXI, houve um longo processo de desconstrução no ideário da “habitação como um bem social”, transmutando-se em mercadoria e ativo financeiro. Foi uma transformação no regime de acumulação capitalista que ocorreu em diversos países do mundo (como na Europa, EUA, América Latina, Oriente Médio e Ásia), já na introdução de seu livro Guerra dos lugares (ROLNIK, 2019, p. 31). Esse processo tomou mais força principalmente com a queda da URSS em 1991.

A partir desse processo, houve a inclusão de consumidores de média e baixa rendas nos circuitos financeiros, mas também de novos atores (empresas e instituições financeiras, Estados e grupos familiares) responsáveis pela transformação das práticas em diferentes escalas no tocante à questão da habitação (ROLNIK, 2015, p. 31 apud HARVEY, 1989; ROSSI, 2013).

O processo de financeirização da habitação também foi fortalecido com a ideologia do “Sonho da Casa Própria”, propaganda elaborada e difundida geralmente em ações combinadas num arranjo entre os agentes imobiliários, mídia e do governo². Esse processo, seguindo a cartilha neoliberal imposta pelo Banco Mundial em conjunto com o FMI, acabou por retirar a responsabilidade do Estado em prover moradias para o povo, delegando ao mercado a oferta e solução dessa demanda. Por consequência, tal medida acaba por individualizar o problema, uma vez que você é responsável direto pela obtenção de sua moradia e para isso deve adquiri-la. Além disso, é perspicaz a colocação do famoso geógrafo marxista David Harvey sobre a questão (ROLNIK, 2015, p. 35 apud HARVEY, 2013):

A mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. A crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de novos produtos financeiros experimentais e ‘criativos’, levou as políticas públicas a abandonarem o sentido de habitação como um bem social, parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos, ou seja, como um meio de distribuição de riqueza. Na nova economia política centrada na habitação como um meio de acesso à riqueza, de bem de uso a casa transforma-se em capital fixo – cujo valor é a

² FIX, 2011.

expectativa de gerar mais valor no futuro, o que depende do ritmo do aumento do preço dos imóveis no mercado.

A tomada do setor habitacional pelo setor financeiro, além de representar mais uma forma de acumulação de capital como dito anteriormente, foi responsável pela inserção do setor no circuito do sistema financeiro global e segundo Rolnik (2015, p.32 apud FERNANDEZ; AALBERS, 2014) tratou-se também:

[...] de uma forma peculiar de reserva de valor ao relacionar diretamente a macroeconomia com os indivíduos e famílias, e ao possibilitar, através dos mecanismos de financiamento, interligar vários atores centrais do sistema financeiro global, como fundos de pensão, bancos de investimento, sistema bancário paralelo (shadow banking), instituições de crédito e instituições públicas.

Portanto, no sentido histórico desse processo, é importante ressaltar que essa forma de condução das políticas públicas de habitação para além de provocar um redesenho nas cidades, impacta profundamente a vida de seus cidadãos, pois também se tratou de uma economia política da urbanização que resultou na reestruturação da malha urbana das cidades, consolidando e ampliando a pobreza nas periferias urbanas sem cidade.

Antes de debater os diferentes processos da financeirização da habitação, é preciso brevemente conceituar sua ideologia norteadora: o neoliberalismo. Esse debate vai muito além do que será possível sintetizar aqui, porém se faz necessário para tornar a leitura e entendimento possível. Utilizando como base o texto escrito pelo historiador marxista Perry Anderson intitulado por “O balanço do neoliberalismo”³. O neoliberalismo nasceu no período do pós “II Guerra Mundial” na região da Europa e da América do Norte (países onde o sistema vigente era o capitalismo), tendo por texto de origem o “O Caminho da Servidão” por Friedrich Hayek em 1944 que visava uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de “bem-estar social” keynesiano.

Com a premissa de que a “estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo” o programa neoliberal consistiu em:

- _Defesa da gestão empresarial do Estado e até mesmo a inexistência dele;
- _Defesa máxima da propriedade privada;

³ PERRY, 1995.

- _Flexibilização das leis econômicas e trabalhistas a fim de favorecer o livre mercado e a livre iniciativa;
- _Minoração dos gastos sociais, isto é, austeridade fiscal por via das reformas fiscais tendo por fim a ampliação da taxa de lucro;
- _Reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas;
- _Destruir a capacidade organizativa dos sindicatos por via do Estado;
- _Restauração da taxa "natural" de desemprego ampliando o exército de reserva de trabalho o que por fim ajudaria a enfraquecer os sindicatos;
- _Amplio programa de **privatização, começando por habitação pública** e passando em seguida a indústrias básicas (do aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água);

O neoliberalismo obteve sucesso político e ideológico, onde a ideia propagada de que “não há alternativas a esse sistema capitalista” foi naturalizada tendo o anticomunismo como componente central. Tal agenda iniciou-se no Chile e consolidou-se a partir de 1980 pioneiramente na Inglaterra sob a figura de Margaret Thatcher e nos anos seguintes em países como os EUA, Alemanha, Dinamarca e quase todos os países do norte da Europa ocidental, inclusive na América Latina tendo o Chile como seu primeiro laboratório na região.

Foi durante a crise do desenvolvimentismo fordista compreendida no período entre os anos 70-80 do século XX o início da adoção das séries de políticas públicas neoliberais. Para que houvesse a conversão da casa em mercadoria e ativo financeiro, era necessária uma mudança no sentido e no papel econômico da habitação, hegemonia do livre mercado, aumentar a propriedade privada de moradia, destruição dos estoques públicos de moradia e desmonte público institucional do Estado de bem-estar social. O neoliberalismo é um processo eminentemente desigual, uma perspectiva que desconsidera o contexto político e econômico de cada país tem pouca força explicativa (ROLNIK, 2015, p. 35).

A exemplo disso, nos países com “fortes Estados de bem-estar social”, no intuito de fortalecer a propriedade privada, livre mercado e iniciativa (além de rivalizar e demonizar outras formas de propriedade, a coletiva por exemplo) as medidas adotadas não se destoam do que pontuamos aqui como neoliberalismo: a privatização e destruição do estoque de moradia pública; diminuição das verbas públicas

destinadas às políticas de habitação e até mesmo inexistência das mesmas; forte estímulo ao sistema de financiamento por meio de hipotecas, onde o mercado privado é responsável pela forma de adquirir a casa; os subsídios são destinados à oferta e não mais à demanda (ROLNIK, 2015, p. 35).

Para melhor ilustrar o que foi anteriormente dito, utilizaremos o exemplo dado por Rolnik (2015, p. 37) de diversos países do continente europeu e citar a forma como se deu a provisão de habitação social:

_Primeiro: Composto pela Espanha, Grécia e Portugal, nesses países o estoque público ou semipúblico de habitação foi historicamente praticamente inexistente, onde a autoconstrução prevaleceu e a autopromoção de moradia;

_Segundo: Alemanha, Bélgica, Itália e Irlanda, a presença da habitação social nunca foi significativa em termos de participação geral na composição dos domicílios;

_Terceiro: Já na Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, França, Reino Unido, Suécia, República Tcheca e Polônia o estoque de habitação social foi e ainda é significativo. Aliás, esses países juntos representam hoje quase 80% de toda a moradia social na Europa (ROLNIK apud VROELAND; TUTIN, 2011).

De modo geral, em conjunto com a propaganda higienista a qual recorria à estigmatização do povo pobre e sua subsequente criminalização e marginalização - permanente até hoje - as diretrizes seguidas para a venda desse estoque público de moradias feita por países de economia capitalistas foi (ROLNIK, 2015, p.38):

[...] por meio da venda dos imóveis para seus moradores através de políticas do direito de compra; transferências de propriedade para organizações sem fins lucrativos – na Holanda (CZISCHKE; PITTINI, 2007, p.49), e, em alguns casos, para empresas com fins lucrativos – como nos Estados Unidos. Espanha: através das reformas da legislação de locação, diminuindo a proteção e aumentando a insegurança da posse para os inquilinos. Em quase todos os países, os Estados promoveram a mercantilização da moradia através da adoção de incentivos (principalmente isenções fiscais e subsídios aos juros) para a compra da casa própria.

A agenda neoliberal nos diversos países, apesar de em pontos gerais convergirem, houve implicações diferentes nos países do terceiro mundo, porém não é objetivo deste estudo debater sobre as economias dependentes neste momento.

Retomando ao debate proposto, a financeirização da moradia se deu em três processos:

a) sistemas baseados em hipotecas: Consistiu na passagem da dívida dos Estados para os indivíduos e famílias. A hipoteca nada mais é do que a garantia para os credores o direito de receber um bem imóvel como garantia do pagamento de uma dívida caso o devedor não consiga arcar com o acordo feito.

Em síntese, para Rolnik (2015, p. 40), esse processo além de causar elevação nos preços dos imóveis, não significou de fato um aumento de riqueza na mão de seus proprietários, pois trata-se de uma dívida disfarçada de riqueza, já que parte significativa deste montante nada mais é do que o conjunto das dívidas hipotecárias das famílias proprietárias.

A mercantilização da moradia “a transformou nas palavras de Nouriel Roubini, numa espécie de caixa eletrônico capaz de funcionar como garantia de empréstimos para financiar o consumo, em um período (dos anos 1980 em diante) marcado pela queda da participação do salário na riqueza global (ROLNIK, 2015, p. 39)

O processo hipotecário implicou não somente na dimensão econômica mas também social da vida: as vidas hipotecadas ou a geração de homens e mulheres endividados, uma nova subjetividade produzida pelos mecanismos disciplinares que sujeitam a própria vida ao serviço da dívida (ROLNIK, 2015, p.41 apud KAIKA; LAMARCA, 2014).

b) sistemas baseados na associação de créditos financeiros a subsídios governamentais diretos para a compra de unidades produzidas pelo mercado: Para tornar o sistema hipotecário viável para famílias de baixa e média rendas, uma das orientações previstas na cartilha do Banco Mundial (1993, p.36), era da necessidade da oferta de créditos geridos por instituições financeiras autônomas e subsídios governamentais (seja eles diretos, vinculados a programas de poupança, embutidos nas taxas de juros ou pagamento da mesma ou por via de isenções fiscais) para que o setor financeiro habitacional nos países servissem não apenas aos consumidores, mas principalmente aos financistas. O papel que coube aos governos era o de auxílio para a efetivação dessa “dinamização econômica”.

É válido atentar o fato de que esses credores (bancos, principalmente o mundial e organizações multilaterais) tiveram papel importante na disseminação desse novo modelo de política habitacional, onde responsabilizavam-se também pelo desenvolvimento teórico e prático deste modelo. Tais empréstimos são sempre acompanhados por “um pacote de assistência técnica” muitas das vezes utilizam-se de discursos filantrópicos ou de caridade, para emplacar o conjunto de medidas oriundas dos relatórios produzidos por essas instituições financeiras, a partir de suas próprias diretrizes e interesses, apagando culturas e ignorando as reais necessidades dos povos de cada país.

c) esquemas de microfinanciamento: Surgido na década de 80, visou atender aos mais pobres através da expansão de um crédito pequeno, informal e gerador de renda (ROLNIK, 2015, p. 105). É ele o precursor da palavra da moda o “empreendedorismo” e utilizado como uma nova “alternativa” empurrada pela burguesia mundial e local para a classe trabalhadora. Ele também se destinou a impulsionar a autoconstrução, processo ao qual também é componente importante para se explicar as precariedades habitacionais.

O microfinanciamento é um modelo que pressupõe uma visão financeira da vida na qual a casa é apresentada como um ativo para ser investido, trocado e usado como garantia para alavancar financiamentos adicionais, a fim de financiar o consumo, o bem-estar ou a atividade empreendedora (ROLNIK, 2015, p. 112 apud JONES, 2010, p.785).

Como Rolnik (2015, p. 112) bem coloca “[...] o microfinanciamento transforma territórios e populações estigmatizadas – por raça, classe, gênero e forma de posse – em objeto de colonização e exploração financeira, em nome da inclusão”. Os limites desta modalidade de crédito, centrada na ideia do “empreendedorismo”, falha justamente porque o objetivo das grandes elites mundiais não é a redistribuição de renda por meio da promoção de vagas de empregos formais, e por tanto, direitos trabalhistas, é justamente a ampliação da margem de lucro que por consequência aumenta a pobreza.

A questão é que “melhorar as condições de vida de seus moradores” nunca inclui de fato a mudança na realidade de todos. É apenas uma forma, por parte da classe dominante, de “perfumar a realidade” em seu infinito duelo de “combate à

pobreza” enquanto mantém a população pobre na mesma condição ou até mesmo à miséria.

“[...] Esta falta de habitação não é algo do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante (ENGELS, 1873).

A realidade desigual dentro da cidade capitalista, principalmente nas grandes cidades para além de emblemático, é facilmente visualizada nas clássicas imagens onde há coexistência da pobreza e da miséria para a imensa maioria em detrimento da riqueza e fartura para uma minoria. A presença de assentamentos, habitações precárias onde a autoconstrução foi a forma encontrada para que os trabalhadores possuíssem um lugar para se abrigar, é só mais uma das várias contradições existentes. Ao fim e ao cabo, a financeirização foi responsável não só pela desconstrução da moradia como direito, transformando-a em mero ativo financeiro, mas também linha auxiliar completa desumanização das nossas vidas orquestradas pelo neoliberalismo.

_AUTOCONSTRUÇÃO: IMPOSIÇÃO OU UMA RESPOSTA?

Dado o histórico brasileiro em relação à habitação social, há de se pontuar que continuidades e descontinuidades marcam a trajetória da luta dos trabalhadores por moradia. Podemos suscitar a habitação como uma forma de disputa pela cidade, mas não deveríamos continuar a colocar o déficit habitacional como uma “questão social” corroborando para a negação de que tal questão é ocasionada pela desigualdade social inerente à natureza do capitalismo. Bom, para essa pergunta Engels (1873, p.10) respondeu que “não é algo do presente” e tal argumento se mantém atual.

O Estado burguês não quer e não pode eliminar a miséria habitacional pois “o Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores” (ENGELS, 2015).

Com os programas habitacionais que sempre visam a classe média, vende-se o sonho da casa própria como o sonho de todos os brasileiros. Isto sempre ocorreu

e de forma mais efetiva durante o período militar. “A utopia burguesa da casa própria é uma maneira ardilosa de prendê-los à terra” (ENGELS, 2015, p.8), esquecendo-se que o direito à cidade perpassa muito além dessa questão que não é a única que atinge o espaço urbano. A falta de políticas públicas habitacionais voltadas para uma classe trabalhadora mais pauperizada abriu o espaço para a autoconstrução.

A autoconstrução nunca foi novidade para as famílias pobres do meio rural, e no processo de urbanização brasileiro, tanto na cidade quanto no campo, ainda é comum sua adoção até hoje. Esse processo construtivo também se dá através da solidariedade de classe, onde os famosos “mutirões” são organizados pelos próprios moradores, sem qualquer orientação de um profissional da construção civil.

Para a urbanista Ermínia Maricato (2015, p. 20):

Nos países capitalistas periféricos, [...] a habitação dos trabalhadores não é o problema para o capital e, na maior parte das vezes, nem para o Estado. Por isso, os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso. E, também por isso, as favelas fazem parte da reprodução da força de trabalho informal.

O sociólogo Francisco de Oliveira (2006, p. 68, grifo nosso), explica por qual razão o Estado se omite de sua responsabilidade e porquê a prática da autoconstrução ter sido tão difusa:

[...]a industrialização brasileira foi sustentada por duas fortes vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. **E a segunda eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução.** [...] É assim que a lei define: salário mínimo é a cesta de bens necessária para a reprodução de uma família clássica, de tipo nuclear.

Ainda o mesmo autor defende em “Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil” (2006, p.68) que o capital se reproduz através do rebaixamento do custo da força de trabalho, e conseqüentemente do salário. Existiam duas únicas possibilidades de provisão habitacional para o trabalhador brasileiro: ou por via de políticas públicas elaboradas pelo Estado (que não conseguiam sanar o déficit habitacional); ou através do mercado imobiliário (inacessível à maioria); ou a autoconstrução.

Uma vez que o objetivo da autoconstrução é baratear ao máximo o custo de produção, ela promoveu a construção de uma cidade informal (MARICATO, 2015, p.27). Nesse lugar estaria a reserva de trabalhadores disponíveis para vender sua

única mercadoria de sobrevivência, ou seja, sua força de trabalho a baixo custo, o que é ideal para a reprodução do capital.

A autoconstrução foi uma alternativa imposta à classe trabalhadora, uma vez que esta é desamparada pelo Estado. No nosso país temos um dos maiores exemplos desta prática, que são as favelas e as ocupações, vulgarmente conhecidas pelo termo “invasões” que os grandes monopólios de mídia burguesa utilizam para depreciar a população que ali habita. Tais espaços concentram a camada mais pauperizada da classe trabalhadora, e por muitas vezes, apresentam riscos que são intrínsecos ao lugar (locais com riscos da ocorrência de desastres naturais como inundações e desabamentos, entre outros). O que são as favelas e “invasões” se não frutos de mutirões – enquanto método organizativo – e da autoconstrução – enquanto técnica de construção?

A autoconstrução em geral é o que vigora na favelização, que tomou conta das cidades. E o mutirão é uma forma particular que resgata uma experiência popular e pretende transformá-la em solução. Essa solução vem de duas constatações inteiramente falsas. A primeira é de que não há recursos estatais para resolver o problema da habitação. Como não há recursos (é o mote de todas as reformas que estão por aí: vamos reformar a universidade porque não há recursos para a educação superior), ao invés de ampliar, vamos encolher. **É o mesmo mote presente em todos os recursos neoliberais: salvemos a habitação com base no resgate de uma experiência popular do passado.** (Oliveira, 2006, p.76, grifo nosso).

O descaso do poder público para com esses espaços é algo previamente "planejado" e perpetuado durante décadas pela classe dominante brasileira. Nesses espaços sequer existem serviços de saneamento básico e quando olhamos para o panorama geral do país, somente 83,7% dos brasileiros possuem acesso ao serviço de abastecimento de água, sendo o norte e o nordeste os menos beneficiados. O serviço de coleta de esgoto possui dados alarmantes: 54,10% da população possui acesso ao serviço, agravando-se mais ainda o problema quando olhamos de forma isolada para as regiões do norte e nordeste, apenas 10,24% e 26,87% da população são atendidas, respectivamente⁴.

O mutirão “Como imagem, é ótima. Como solução, é péssima” (OLIVEIRA, 2006, p. 74). Devemos tomar cuidado ao romantizar essas ações, esvaziando seu significado político, aceitando que os promovam como política oficial de habitação, uma vez que o trabalhador utiliza de suas poucas horas que restam de descanso para

⁴ Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2019.

essa realização, eximindo o Estado de suas obrigações. E o que é a cidade informal, a generalização da pobreza e exclusão urbana se não resultados de um "projeto"? Ou melhor, são resultados de um projeto neoliberal cujo sistema econômico, o capitalismo periférico, necessita para manter sua classe (burguesa) lucrando sob a exploração dos pobres. Trata-se de uma condição perversa que se expressa pela globalização neoliberal financeira de uma forma bastante evidente em todo o mundo, por meio da precarização do trabalho e do surgimento do trabalhador descartável.

A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO

Na sociedade capitalista, a arquitetura, concebida enquanto construção, é tratada, obviamente, como um produto, e, por tanto, seu acesso é restringido a quem pode ou não adquirir esse bem ou serviço. Para romper com o caráter elitista da profissão e difundir sua importância perante à sociedade, é essencial a participação do trabalhador nos processos sócio-políticos, pois este, é uma das formas concretas de luta para obter saídas coletivas para os desafios urbanos. Numa sociedade dividida em classes, todos os direitos do povo são frutos de uma luta coletiva bem organizada.

Em uma entrevista para Haaretz⁵, Peter Eisenman diz que "Arquitetura é, definitivamente, um ato político". Fortalecendo e complementando esse pensamento, o arquiteto modernista brasileiro Vilanova Artigas, pontuava que para uma boa arquitetura o anseio coletivo é sua força motriz e portanto, que

[...] precisamos lutar pelo futuro de nosso povo, pelo progresso e **pela nova sociedade**, dando a esta missão o melhor dos esforços, pois a medida que, **pela participação na luta ao lado do povo, compreendermos seus anseios**, fizermos parte dele, é que iremos criar espírito crítico para afastar o bom do inútil na arquitetura, e que atingiremos a "espontaneidade nova" como interpretação direta dos verdadeiros anseios populares (ARTIGAS, 2003, grifo nosso).

Para além disso, quando lidamos especificamente sobre a arquitetura, é necessário entender que esta não está deslocada do contexto da cidade, num processo despolitizado, mas muito pelo contrário: ela reflete a quem atende e a quem excluí. Em 1984, Artigas quando fez seu concurso para professor titular da FAU/USP (Revista Projeto, 1985), explicou que a arquitetura também é uma “[...] expressão de um momento histórico - a responsabilidade social da procura da forma arquitetônica como cultura é a consequência disso”. Para o arquiteto, somente “mudanças

⁵ “**Longing for the Impossible**” entrevista concedida por Peter Eisenman para Eran Neuman. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/culture/1.5119241>>, acesso em 18 de ago. de 2019.

profundas, sociais, na estrutura em que vivemos poderão trazer o equilíbrio entre as formas arquitetônicas” (PROJETO, 1984).

Para os arquitetos, Montaner e Múxi:

“[...] a vida urbana passa por estes espaços de luta por reconhecimento, de legitimação de demandas coletivas, de uso público da razão, de participação em saídas compartilhadas e, mais do que isso, de luta pela realização de uma sociedade livre (COLOSSO, 2015).

A chave para a reconstrução efetiva de nosso mundo-ambiente - eis a grande tarefa do arquiteto - reside na nossa decisão de reconhecer de novo o elemento humano como fator dominante (GROPIUS, 2004). O objetivo aqui não é apenas apontar para tais contradições atreladas ao arquiteto e urbanista, mas contribuir para uma real emancipação dos povos, sendo a profissão de arquiteto uma ferramenta a mais para a organização das lutas em prol do direito à cidade. A elitização da profissão continuará. A arquitetura enquanto área do conhecimento precisa se popularizar e servir a quem necessita dela.

Artigas (2003, p. 197) no capítulo do livro “Depoimento de uma geração” em “Os Caminhos da arquitetura moderna” entende a necessária tarefa de popularização da profissão e defende que:

“[...] enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto **a obra dos arquitetos não** tiver a suma glória de **ser discutidas nas fábricas e nas fazendas, não haverá arquitetura popular**. Até lá... uma atitude crítica em face da realidade.

O arquiteto deve ter uma clara prática militante social na arquitetura ligada aos ideais coletivos, se quisermos alcançar uma arquitetura efetivamente para todos, não podemos fugir de fazer tais debates. Um outro arquiteto, que Jacques (2001, p. 151) chama por “arquiteto-urbano” onde o seu papel também será o de intervir no tecido urbano e novas situações urbanas, sendo o “suscitador, o tradutor e o catalisador dos desejos dos habitantes”.

Devemos mudar o “fazer arquitetônico”, incluindo o povo como parte do processo, seja nas tomadas de decisões (projetuais no papel ou no canteiro de obras), mas também levando em conta a natureza e todo o contexto histórico do local, disputando cada consciência para a transformação da realidade. Neste sentido, o projeto arquitetônico é somente como um meio e não o objetivo final.

_03 DA SALA DE AULA À PRÁTICA POPULAR



Imagem 7. Colaboradores dos trapicheiros junto aos companheiros do MTST na ocupação Beatriz Nascimento em Aracaju. Fonte: Acervo do Trapiche, 2020.

Imagem 8. Oficina de mobiliário durante o Café, 2019. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.



Imagem 9. "Cineminha Amor" realizado durante o "CAFÉ" com a exibição do filme "Narradores de Javé". Fonte: Acervo próprio, 2019.

Após reabertura democrática do Estado brasileiro, os debates anteriores sobre a função social do arquiteto contribuíram para introduzir no ensino da arquitetura e urbanismo a prática extensionista – dentro do entendimento formulado por Freire (1983) sobre o caráter da extensão como comunicação emancipatória – atendida pelo nome de “Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAUs”.

Os escritórios passam a pertencer a nova matriz curricular⁶, podendo desenvolver práticas extensionistas e desempenhar outras atividades complementares (como o comprimento do estágio curricular obrigatório), além disso, é previsto no artigo 4º da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 que os escritórios modelos podem prestar serviços de assistência técnica em habitação de interesse social.

Tendo por caráter ideológico a conexão entre a consciência política, a sociedade e a profissão, a prática extensionista é entendida como parte do processo educativo que possibilitaria uma nova formulação e prática do conhecimento arquitetônico e urbanístico. Para além disso, há também o incentivo ao trabalho em equipe, diluindo a responsabilidade do fazer arquitetônico individual em uma responsabilidade coletiva, onde a interdisciplinaridade resulta numa arquitetura em que o processo é mais importante do que o desenho.

Loddi et al. (2016) aponta que essa dinâmica de trabalho extensionista contribui para o fortalecimento da autonomia de todos os participantes e as comunidades não são espectadores da ação, mas sim colaboradores que atuam em conjunto, criando e formulando ações em equipe. Assim sendo, a relação estabelecida não é hierárquica, mas sim de colaboração entre todas as partes interessadas.

_ O QUE É O EMAU?

Para a popularização da arquitetura e urbanismo, é preciso agregar conhecimento teórico e acúmulo de experiências práticas capaz de convergir numa formação e atuação permanente político social dos futuros profissionais e estudantes. O fenômeno da globalização também atinge o ensino,

⁶ A resolução Nº 6, de 2 de Fevereiro de 2006, institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais” do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf>, acesso em 1 de mar. de 2021.

tornando-o cada vez mais generalizante e distante de referências imediatas e locais para a implantação de sistemas interativos, capazes de suprir necessidades sociais e didáticas, simultaneamente (SILVA, 2014, p. 337).

Tendo isso em vista, a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo – FeNEA, elaborou um projeto de Extensão Universitária chamado por “Escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo” (EMAU). No documento intitulado “Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo – POEMA” (2006)⁷, os EMAUs surgem após discussões dos estudantes da FeNEA sobre as práticas acadêmicas que complementam sua formação ligadas a um “compromisso com a realidade social brasileira”. Segundo o POEMA, disponível no site da FeNEA, O EMAU é um projeto de extensão, uma iniciativa **coletiva** e estudantil, de cunho multidisciplinar, somado à pesquisa e à graduação para complementar à formação profissional através da experiência social gratuita e sem fins lucrativos que tem por objetivo fim reafirmar o compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida”⁸.

O EMAU, segundo a “Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo” (FENEAE, 2007) inspirada nos quatros postulados da UNESCO e União Internacional de Arquitetos para educação em Arquitetura e Urbanismo, deve: assegurar aos moradores de assentamentos qualidade de vida, respeitando as necessidades sociais, culturais e estéticas da população; buscar utilizar de forma adequada a tecnologia, sempre considerando o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente construído; tratar a arquitetura enquanto patrimônio e portanto responsabilidade de todos.

O aprendizado adquirido nos Escritórios Modelos não deve se limitar a uma prática tarefaira ou tecnicista de pretensa neutralidade enquanto agente político. A tríade do “ensino-pesquisa-extensão” é um ponto de crucial importância, logo a experiência projetual de um EMAU também considera o desenvolvimento de novas possibilidades conceituais e metodológicas, ao adequar os projetos às demandas urbanas reais” (SILVA et al., 2014, p. 337).

A Extensão Universitária pode ser realizada de várias maneiras: pode ser um rápido curso oferecido à sociedade pela Universidade, um trabalho de ação contínua

⁷ Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, 2006. Disponível em: <<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>>, acesso em 25 de ago. de 2019.

⁸ FeNEA. EMAU. Disponível em: <<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>>, acesso em 25 de ago. de 2019.

desenvolvido para uma determinada comunidade, a aplicação de questionários para levantamento de dados, assim como muitas outras atividades (POEMA, 2006).

É também por excelência uma via de mão dupla, uma vez que o aprendizado não se dá apenas em sala de aula mas em conjunto com a prática, onde a troca de saberes se dá na partilha entre EMAU e seus parceiros. Uma vez que não se limita à tecnicidade, as soluções são tiradas junto à comunidade a qual pretende desenvolver alguma atividade, dando a mesma o protagonismo para a tomada de decisões além de fomentar também o debate político sobre a cidade, findando assim estimular a autonomia necessária para a transformação efetiva de sua realidade.

O EMAU “não propõe a realização de projetos prontos e acabados, mas sim uma ação compartilhada e flexível, tendo a **“arquitetura vivida como processo”** (FeNEA, grifo do autor). Essa iniciativa não apenas fortalece a função social do arquiteto anteriormente discutido neste projeto, mas coloca também como tarefa - não apenas do estudante de arquitetura e urbanismo - o exercício da prática social da arquitetura.

_ COMO SURGE O TRAPICHE

É necessário fazer um resgate histórico do significado da palavra que dá nome ao escritório. Segundo Nunes e Nogueira (2009, p.40) a cidade de Laranjeiras teve sua implantação semelhante às demais cidades históricas brasileiras, instalando-se nas margens do rio Contiguiba, em Sergipe. Nos séculos XVIII e XIX torna-se uma das principais cidades comerciais da província de Sergipe Del Rey (NUNES e NOGUEIRA, 2009). Em seu conjunto urbano considerado histórico, Laranjeiras foi tombada pelo IPHAN em 1996⁹, nela é nítida a presença da herança do período colonial, com forte incidência do estilo neoclássico e eclético em seu conjunto arquitetônico. Nessa paisagem predominava, junto aos casarões burgueses, uma edificação portuária: O Trapiche.

O Trapiche, construção de pedra e cal, datada do século XIX, apresenta como característica principal uma cobertura vencendo grandes vãos apoiados numa estrutura de tesouras de madeira [...] (NUNES e NOGUEIRA, p. 67, 2009).

⁹ Portaria do IPHAN Nº. 19 de 07 de março de 1996.

O Quarteirão dos trapiches, é formado pelo conjunto de estruturas remanescentes do Trapiche Santo Antônio; Sobrado 117; Exatoria; Casarão 159; Ruínas ao lado do casarão 159 e Ruínas em frente ao mercado que hoje sedia o Campus da Universidade Federal de Sergipe (SEIXAS, 2019). De acordo com Nunes e Nogueira (2009), as construções inseridas no “Quarteirão dos Trapiches” denotam também sobre as práticas econômicas associadas à região no contexto histórico em que estava inserido, principalmente o comércio feito por meio das embarcações que chegavam pelo rio, aproveitando a localização em que as estruturas estão dispostas.



Imagem 10. Quarteirão dos Trapiches. À esquerda sede do atual Mercado de Laranjeiras, à direita funciona o Campus da UFS. Fonte: Google Imagens, 2021.

“O Trapiche [...] é formado por um conjunto de antigas construções (séc. XIX), nas quais; inclusive, ao seu lado, pelas margens do Contiguiba, aportavam navios de grande calado”, sendo a funcionalidade dessas construções “servir de depósito às mercadorias comercializadas na então próspera cidade de Laranjeiras”, servindo inclusive de depósito de escravos (NUNES e NOGUEIRA, 2009, p. 69).

É preciso evitar romantismos acerca da tal “herança histórica” deixada pelo período colonial comumente enunciado de forma heroica como um “belo período” do ponto de vista econômico em nossos livros de história. Este foi um vergonhoso capítulo para a história da humanidade e que deixou profundas marcas em nosso povo. Estamos aqui relembando a escravidão e genocídio do povo negro e indígena que se perpetuam até então. Sabemos que a construção do Brasil foi feita sob o derramamento de sangue dessa mesma população e é preciso retomar a esse triste

passado para compreender a marcada exclusão e desigualdade social existente no país.



Imagem 11. Casarão próximo ao Mercado Municipal de Laranjeiras e serviu de inspiração para a criação da logo do EMAU. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

Não há nenhum escrito ou documento oficial que justifique exatamente o motivo pelo qual se escolheu a palavra “Trapiche” pelos membros pertencentes àquela época e nem se finda aqui o debate em torno disso, o intuito é instigar a discussão. Porém, relatos e comentários de membros mais antigos nos guiaram ao entendimento da escolha para batizar o EMAU/UFS: por entender a importância de se fazer esse resgate histórico, valorizar a história da cidade que o abriga e entender o valor imaterial e material que esse patrimônio arquitetônico representa não somente para a cidade de Laranjeiras e seus moradores, mas também ao povo sergipano. Portanto, o “Trapiche” foi definido para nomear o primeiro Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da história do estado de Sergipe.

Tendo tudo isso em vista, é fundado na Universidade Federal de Sergipe em 18 de setembro de 2014 “O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS, o Trapiche”, sediado no município de Laranjeiras inserido dentro do perímetro urbano atendido por “Quarteirão dos trapiches” com a orientação, inicialmente do Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza e em seguida do Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira, ambos professores de arquitetura do Campus Laranjeiras da UFS. Seguindo a orientação dos princípios da “Carta de definição para escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo” (FeNEA, 2007) e o “POEMA” (2006), o escritório tem por finalidade a prestação de serviços de assessoria técnica para comunidades

organizadas conforme a Lei de Assistência Técnica (Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008), sendo composto por colaboradores, sejam eles professores orientadores, estudantes de arquitetura e urbanismo e membros convidados (externos).



Imagem 12. Grupos de Trabalho do TRAPICHE em 2018. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

O TRAPICHE assim como o EMAU, visa fomentar e debater questões que emergem dentro e fora do campus universitário, buscando o seu aprimoramento através de trocas, experiências e contato direto com as comunidades envolvidas. Desde 2014, o escritório desenvolveu trabalhos em conjunto com a universidade ao qual é fruto e na cidade de Laranjeiras e de Aracaju assim como com as demais localidades do Estado de Sergipe.

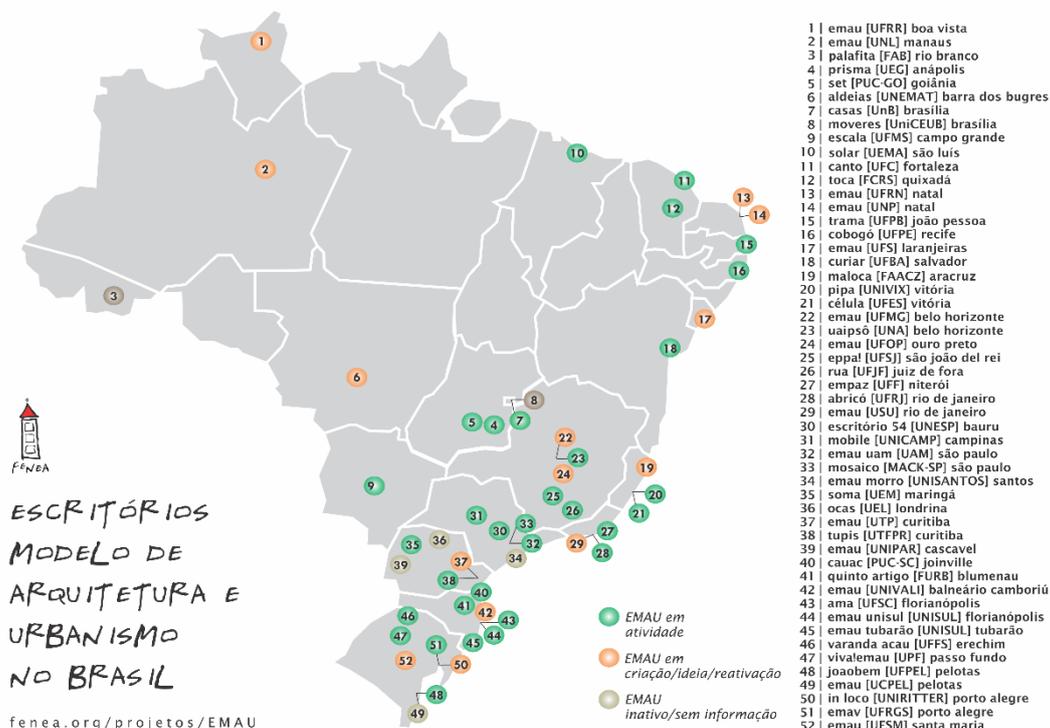


Imagem 13. Mapa dos EMAUs pelo Brasil. Fonte: Site da FENEA.

O Trapiche é um dos 52 EMAUS existentes no Brasil⁴, segundo a FeNEA, dos 52 EMAU`s localizados no mapa, apenas 32 estão ativos, e ainda 21 são vinculados às universidades federais (LEAL, 2019, p. 73). Atualmente é composto ao total por 17 membros, sendo 14 alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo e 1 aluno da Engenharia Ambiental da UFS, 1 membro externo (estudante de arquitetura e urbanismo da UNIT), além de 1 professor orientador.

Cada EMAU tem sua forma independente de organização interna e o Trapiche no período compreendido entre 2014 a 2018 operava de acordo com três áreas de atuação ou as chamadas “frentes de trabalho” as quais seriam: a) Projetos institucionais dentro da UFS; b) Projetos demandados por comunidades minimamente organizadas; e c) Assistência técnica (ATHIS) destinado para famílias que possuam renda menor que três salários mínimos em Laranjeiras.

A partir de um convênio assinado entre a Universidade Federal de Sergipe e a Prefeitura Municipal de Laranjeiras – PML, em 2015, remunerando com bolsas de ajuda financeira estagiários indicados pelo Trapiche para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica gratuita à população laranjeirense e para atender demandas internas do município sob a supervisão da arquiteta concursada da prefeitura de Laranjeiras Paula Ceci Rios Callado.

Com esse termo, o EMAU pode atuar na cidade de Laranjeiras nos projetos de interesse da prefeitura, seja de maneira individual (projetos de reformas e projetos residenciais de interesse social), seja em projetos coletivos (projetos de praças, associações de moradores, etc.). O Termo de Cooperação Técnica pôde oferecer melhores condições de atuação e permanência destes estudantes no escritório, porém, há diversos problemas na condução dessa relação entre o EMAU e a PML, principalmente a quais interesses de fato se atende.

Em sua origem, o “Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS – EMAU”, buscou se consolidar enquanto um “Programa de Extensão Universitária”, no intuito de incentivar o desenvolvimento e a participação dos estudantes nas ações de extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Assim, é importante refletir sobre a história do TRAPICHE através das ações desenvolvidas por ele, utilizando o buscador

do SIGAA¹⁰ como base de dados junto ao seu acervo (portifólios, slides de apresentação submetidos em eventos e congressos), e também tecer comentários sobre sua atuação e questões projetuais mais emblemáticas. No entanto, vale ressaltar que documentos ou imagens sobre alguns projetos não foram encontrados.

_A TRAJETÓRIA DO TRAPICHE POR MEIO DE SUAS AÇÕES

2014 a 2015

Segundo consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFS, o TRAPICHE apesar de desde sua origem em 2014 se denominar dessa forma, é intitulado apenas por “Escritório Modelo”. Nesse mecanismo de pesquisa a informação, inicia-se em 2014 os primeiros trabalhos realizados pelo escritório modelo estiveram pautados no auxílio do desenvolvimento e acompanhamento de projetos arquitetônicos de restauro e reforma em moradias inseridas no conjunto arquitetônico e paisagístico tombado da cidade de Laranjeiras do estado de Sergipe. Naquele momento, o escritório era composto por uma equipe formada por 6 alunos, sendo 1 bolsista, e 1 professor do núcleo de Arquitetura e Urbanismo da UFS em conjunto com técnicos do IPHAN.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO DE EXTENSÃO 2015
ASSISTÊNCIA TÉCNICA A MORADORES DE LARANJEIRAS/SE

MINICURSO
MORANDO BEM EM LARANJEIRAS

INSCRIÇÕES GRATUITAS - maiores informações (79) 3281-2939
DIAS: 05 e 06 de OUTUBRO (Segunda e Terça-feira)
HORÁRIO: 10:00 às 14:00
LOCAL: Hall de Entrada da UFS Laranjeiras
DOCUMENTOS: Identidade e Comprovante de Residência

DIA 19 OFICINA DE HABITABILIDADE - Segunda-feira
Local - Auditório da UFS Laranjeiras
13:30 às 14:30 - Abertura: Prof. Dr^a Sílvia Simões
15:00 às 17:30 - Dinâmica: Saúde da Moradia e do Morador

DIA 20 OFICINA DE PINTURA - Terça-feira
Local - Casa dos "Morcegos"
13:30 às 17:30 - Atividade Prática

DIA 26 OFICINA DE HABITABILIDADE - Segunda-feira
Local - Auditório da UFS Laranjeiras
13:30 às 14:30 - Palestra: Arq. MSc. Kleber Rocha Queiroz
15:00 às 17:30 - Dinâmica: Intervenções nas Moradias

DIA 27 OFICINA DE REVESTIMENTO - Terça-feira
Local - Casa dos "Morcegos"
13:30 às 17:30 - Atividade Prática

Imagem 14. Cartaz de divulgação. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2014.

Devido aos relatórios técnicos do IPHAN/SE e os moradores da cidade, ficou destacada a necessidade de reformas e melhorias nas habitações do perímetro

¹⁰ Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Consultar Extensões e procurar por “Escritório Modelo”. Disponível em: <www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf>, acesso em 21 de jan. de 2021.

histórico tombado, adaptando-se ao modo de vida de seus moradores e respeitando a história que esses objetos arquitetônicos representam à cidade e ao estado de Sergipe.

O projeto foi realizado em cinco distintas etapas, inicialmente, a 1ª etapa focou na preparação da equipe de pesquisadores (alunos e professores) e do ambiente de atuação (a cidade e seus moradores), para isso, foram promovidas palestras e diversas oficinas em parceria IPHAN e Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da UFS (NAU-UFS). Já na 2ª etapa, foram feitas as identificações e acompanhamento das demandas encaminhadas pelo IPHAN. Na 3ª etapa foi realizado todo o levantamento cadastral e de informações necessárias para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos. A 4ª etapa coube a sintetização e a documentação das informações coletadas e projetos desenvolvidos. Finalmente, em sua última etapa, a 5ª etapa, foi apresentada à comunidade acadêmica da UFS, ao IPHAN e aos moradores o resultado de todo o processo.

No ano seguinte o projeto ganhou mais membros docentes pertencentes ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS e novos minicursos, oficinas e palestras desenvolvidas novamente em parceria com o IPHAN/SE.

2016 a 2017

Pelo que consta no SIGAA, o “Escritório Modelo”, seguiu com seus 6 membros efetivos e único coordenador, prestando serviços de assistência técnica aos moradores de Laranjeiras (desenvolvimento de projetos residenciais e regularização de imóveis), desenvolvendo projetos em conjunto com a prefeitura local mediante o “Termo de Cooperação Técnica”. Dessa parceria, resultou os anteprojetos da “Praça da Juventude e estudos para o Anexo do mercado”, desenvolvimento de projetos visando atender demandas da UFS, entre eles a “Nova Sede do Museu de Arqueologia do Xingó”, a “Praça da Dança” e os “Layout de salas modulares” e por fim a “Sede do Departamento de Libras”. Além destes projetos citados, atuou como colaborador no desenvolvimento do projeto arquitetônico “Museu da Comunidade Terreiro Filhos de Obá”.

No ano seguinte, em 2017, o escritório continuou com seus 6 membros discentes dos anos anteriores, ganhando mais um novo coordenador docente (totalizando 2), 1 supervisor pedagógico e 2 assessoras técnicas. Continua

desenvolvendo as atividades dos anos anteriores, estreando então sua participação na IV Semana Acadêmica da UFS – SEMAC em 2017, objetivando apresentar o TRAPICHE e as atividades desenvolvidas nos anos anteriores para a comunidade acadêmica do campus de Laranjeiras.

_ PROJETO DE EXTENSÃO MEMORIAL TERREIRO FILHOS DE OBÁ: O Museu Comunitário Filhos de Obá pertence ao Terreiro de mesmo nome. O Terreiro foi fundado no final do século XIX, é um dos mais antigos do Brasil e primeiro do estado de Sergipe. Segundo FELIX e BARROSO (2018, p.8) o terreiro após regulamentação como “sociedade de culto afro-brasileiro” em 1996, iniciou trabalhos no tocante a questões sociais e beneficentes. Ainda segundo as autoras:

Em folheto informativo distribuído na inauguração, o Museu está inserido nesse contexto como um instrumento de ampliação do acesso à cultura afro-brasileira retratando conceitos sobre a mesma e desmistificando preconceitos que permeiam a temática.

O Museu possui em seu rico acervo instrumentos e indumentárias utilizadas durante os rituais religiosos e que contam a história do terreiro Filhos de Obá, possuindo grande importância no contexto histórico do estado de Sergipe e na preservação da memória das religiões de matriz africana, sendo por sua vez incluído no roteiro turístico de Laranjeiras.

A ressalva projetual aqui é de que há críticas sobre a questão da acessibilidade ao museu por pessoas com deficiência física, porém nenhum documento do projeto foi encontrado para realizar essa constatação e por tanto, não se sabe se tais questões são anteriores ao projeto e quais as limitações para encontrar uma solução.



Imagem 15. Fachada do Terreiro Filhos de Obá. Fonte: Google Imagens, 2021.

Foram realizados projetos de assistência técnica para os moradores de Laranjeiras. Por conta do convênio com a PML, o Trapiche trabalhou em dois projetos voltados para a cidade com o objetivo de aproximar a universidade, o EMAU e a comunidade de Laranjeiras.

SALINAS: O Grupo de Trabalho teve por objetivo inicial a realização de um levantamento das condições habitacionais do conjunto e posterior proposição de melhorias habitacionais.

O caso de Salinas é um repleto descaso: as casas entregues pelo governo estadual não possuem rede de esgoto (esse por sua vez é a céu aberto), por tanto, o saneamento básico é inexistente; pífia iluminação pública; a mobilidade urbana ao local é inexistente; não existem equipamentos públicos que foram previstos em projeto, e até mesmo banheiros nas residências não foram entregues; não há espaços de convívio e lazer da comunidade (esse encontro dos moradores acontece apenas em uma mercearia localizada no “centro” do conjunto). Dado a essas nefastas condições o que restou a esses moradores é a autoconstrução para a promoção de melhorias habitacionais.

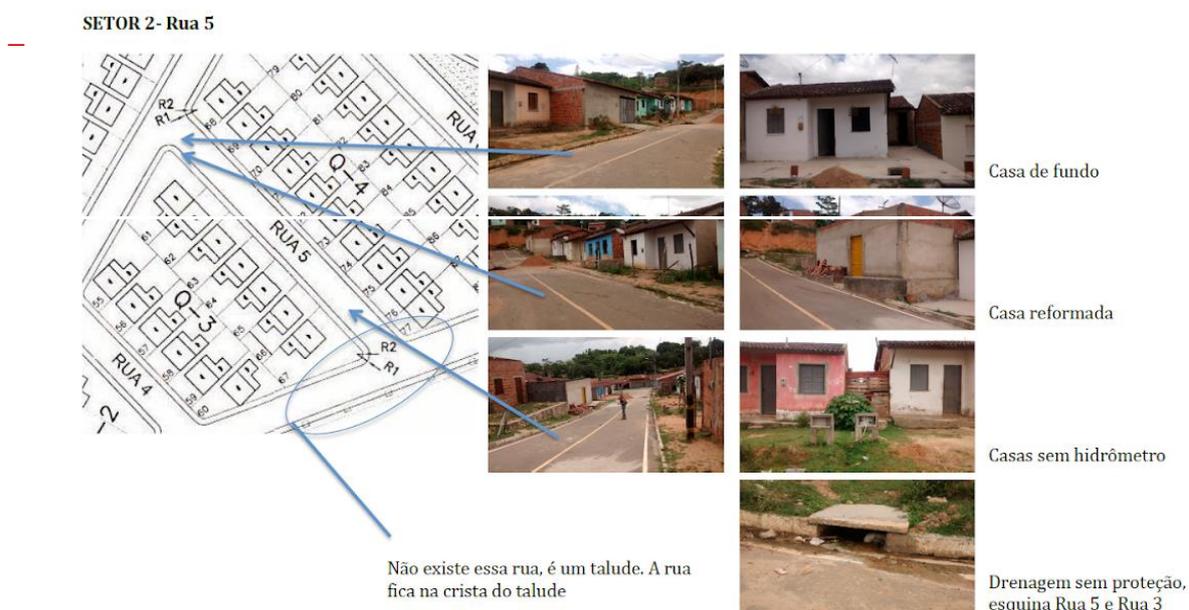


Imagem 16. Fotos apresentadas durante o evento EREA TOCA. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2017.

CASA DE AISLAN: O projeto se enquadra na linha de trabalho ATHIS que consistiu em fornecer assistência técnica aos moradores de Laranjeiras, auxiliando no desenvolvimento de projetos residenciais e regularização de imóveis.



Imagem 17. Casa de Aislan. Fonte: Acervo do Trapiche, 2018.

Aislan era estudante da UFS na época e tomou conhecimento da existência do EMAU na própria universidade. Sua casa está localizada num terreno em acive, e inicialmente procurou o escritório para uma obra de readequação da escadaria frontal da casa – a casa fica em terreno em acidentado e, assim como outras casas vizinhas, tem seus ambientes em um nível muito alto em relação à rua, precisando de uma escada para acessá-las – e posteriormente para a construção de um puxadinho nos fundos para alugar.

Por conta das dificuldades financeiras do usuário naquele momento, já que o EMAU não possui nenhum financiador para proporcionar a idealização do papel à realidade, o projeto até então não foi construído.

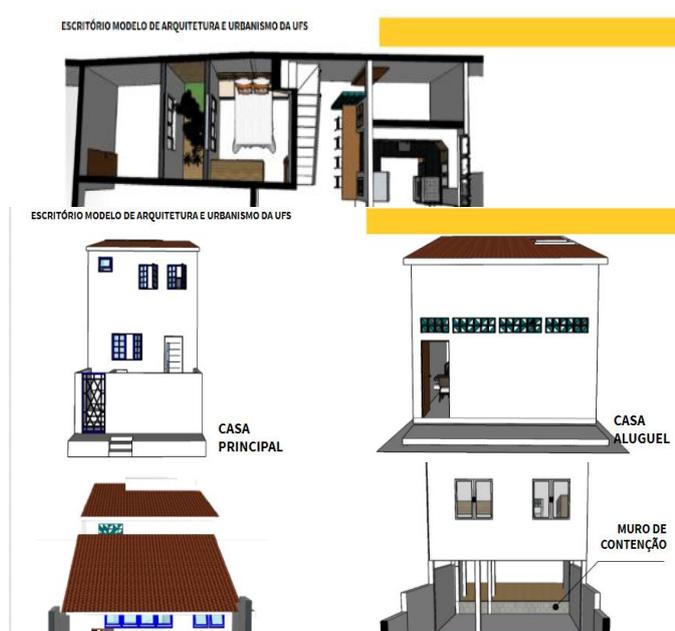


Imagem 19. Maquete eletrônica da casa do Aislan – layout interno. Fonte: Trapiche, 2019.

Imagem 18. Maquete eletrônica da casa do Ayslan – fachadas. Fonte: Trapiche, 2019.

_PRAÇA DA JUVENTUDE E ESTUDOS PARA O ANEXO DO MERCADO: O espaço que hoje atende por “Praça de Eventos” abarcava em seu programa de necessidades, explicando de modo mais generalista, dois equipamentos urbanos para a cidade: Uma praça da Juventude e um “puxadinho” do mercado de carne da cidade que se intitularia por “Anexo do Mercado Público de Laranjeiras”.

O espaço que hoje atende por “Praça de Eventos” abarcava em seu programa de necessidades, explicando de modo mais generalista, dois equipamentos urbanos para a cidade: Uma praça da Juventude e um “puxadinho” do mercado de carne da cidade que se intitularia por “Anexo do Mercado Público de Laranjeiras”.

O projeto não foi construído conforme o planejado pelo Trapiche e não foi encontrada nenhuma informação mais detalhada sobre os anteprojetos no SIGAA ou mídias vinculadas ao TRAPICHE.



Imagem 20. Maquete eletrônica da Praça da Juventude. Acervo Trapiche, 2017.

_SEDE DO DEPARTAMENTO DE LIBRAS E PSICOLOGIA APLICADA: Os dois projetos surgiram de demandas dos Departamentos da UFS a que pertencem e já chegaram para o escritório com local e programa de necessidades previamente definido. As cores utilizadas não foram escolhidas em vão, foram justificadas através de estudos de cores. Em poucas reuniões com esses departamentos para revisar esses programas e entender o objetivo da obra, o projeto foi iniciado.

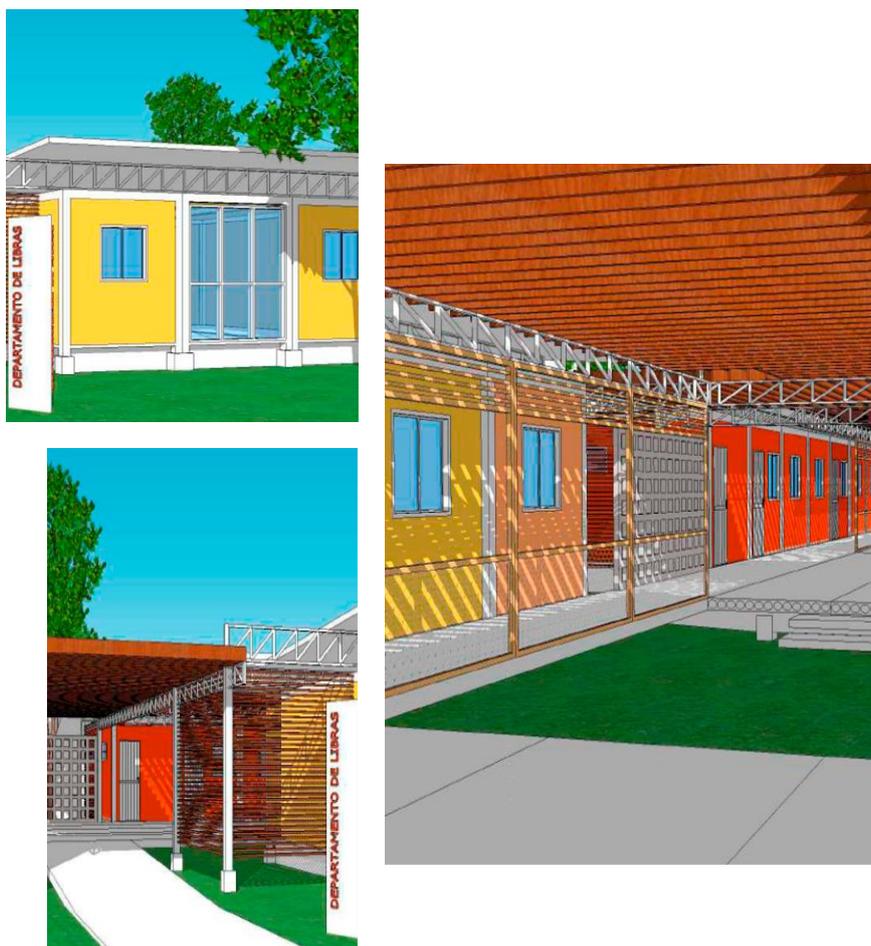


Imagem 21. Maquete eletrônica do departamento de Libras da UFS. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

Por se tratar de uma obra institucional, as etapas de cada obra deram em momentos diferentes por conta das licitações e seus vagarosos trâmites, a exemplo: a limpeza do terreno e execução da fundação; a locação dos containers (já fabricados de acordo com a especificação do projeto), e a execução do telhado e das pérgolas (que são independentes dos containers).

Entretanto, apesar de não ser o objetivo aqui a realização de uma autocrítica projetual, se faz necessário apontar para alguns erros que culminaram no atraso ou inviabilização na utilização desses espaços: o péssimo isolamento acústico causou constrangimento nas salas de atendimento individual psicológico; devido os containers possuir baixo pé-direito resultou numa espécie de efeito “estufa”, as soluções para a ventilação natural foram insuficientes gerando assim um superaquecimento das superfícies. É importante pontuar questões de conforto ambiental pois o mesmo é um dos objetivos de uma boa arquitetura. Além do mais, diante de um clima quente e úmido predominante em Sergipe, a utilização desse material não parece ser a mais viável, ainda mais quando uma obra que teve por premissa economizar e finda por gerar gastos energéticos não previstos em sua utilização.

2018-2019

Já em 2018, a participação discente aumenta dentro do escritório, pulando para 10 membros ao total. A partir de então novas formas de organização interna e divisão de tarefas passam ser necessárias e o debate político se intensifica, haja vista que se inicia neste ano toda a movimentação política da direita brasileira para não apenas iniciar o processo de impeachment, mas sim consumá-lo, culminando no golpe contra à democracia brasileira. Logo, temas como “despolitização e ultrapolítica” passam a ser debatidos com mais vigor, além da discussão sobre nossa debilitada democracia, o que refletiu diretamente nos debates travados entre os membros auxiliando-os a tecer apontamentos sobre as incongruências do Estatuto vigente do EMAU.

A entrada de novos membros reoxigenou o elo entre o TRAPICHE o movimento estudantil e sua federação, sendo necessária a releitura das cartas da FENeA, onde mais interrogações surgiram principalmente no tocante à “coletividade”. O ano de 2018 foi importante pois nele finalmente algumas modificações no Estatuto ocorreram e foram substanciais para o escritório. Oficialmente deu-se início ao processo de revisão ao engessado Estatuto de 2014, mesmo que a pequenos passos.

As mudanças pontualmente ocorridas no Estatuto buscaram criar um maior sentimento de pertencimento aos membros e também reforçar a responsabilidade

para/com o TRAPICHE e afastar a ideia hierarquizada existente no documento. Nesse primeiro momento foi abolido o termo anteriormente denominado por “membros efetivos” cuja sua definição consistia em (2014, p. 1):

[...], todo aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS que, interessado na interação Universidade/Comunidade e na difusão dos serviços proporcionados pelo Trapiche, contribua através de prestação de serviços para a condução de suas atividades e consecução de suas finalidades, durante um período pré-estabelecido.

Todos os membros do TRAPICHE tornam-se a partir de então “membros colaboradores”, que anteriormente não tinham direito a voto e definiam-se por “todo indivíduo, comunidade e/ou corpo acadêmico, que contribua para o desenvolvimento dos projetos realizados pelo Trapiche” (Estatuto do TRAPICHE, 2014, p.1).

Outras mudanças no estatuto ocorreram em relação à questão da frequência dos membros, onde a cada 3 faltas em Assembleias Gerais sem justificativa poderia culminar no desligamento do colaborador ou em reuniões de outra natureza¹¹. Outra alteração ocorreu e as “coordenações” passariam a ser chamadas por “Diretoria” e foi criada “Diretoria de Projeto” cuja suas atribuições eram as de:

- _ Coordenar e organizar as atividades nos GT’s;
- _ Cobrar relatorias;
- _ Cobrar a organização dos GT’s e o cumprimento das atividades dos mesmos;
- _ Realizar os repasses das informações para as demais coordenações quando necessário for;
- _ Organizar o calendário dos GT’s.

A organização interna ficou subdividida em três: 1) de Administração (DA); 2) de projetos (DP); e a 3) de Relações Públicas (DRP), permanecendo o Conselho de Orientadores. Tais mudanças foram todas registradas em ata¹².

Nesse período 9 Grupos de Trabalhos (GT) surgem devido às novas demandas que chegaram ao EMAU, por tanto, se fez necessário uma reorganização do trabalho, onde os membros poderiam estar simultaneamente em até dois GTs.

Os GTs são eles:

¹¹ Consultar ata da Assembleia Gera do TRAPICHE realizada em 13-02-19 e 04-04-2019. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

¹² Consultar ata da Assembleia Gera do TRAPICHE realizada em 13-02-2019. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

- _GT 1 – Praça Marcos Freire II;
- _GT 2 – Mussuca;
- _GT 3 – Balcão de Atendimento ATHIS;
- _GT 4 – Layout;
- _GT 5 – Ilha Mem de Sá;
- _GT 6 – Rosa (Faixa de Gás);
- _GT 7 – Centro de Empreendedorismo da UFS – CEMP;
- _GT 8 – Colégio de Aplicação da UFS – CODAP;
- _GT 9 – Pesquisa;

Os trabalhos do GT de assistência técnica na cidade de Laranjeiras tiveram continuidade e passaram a se chamar então de “GT 3 – Balcão de Atendimento ATHIS”. Novas demandas surgiram para além do perímetro do centro histórico, novas tarefas foram levantadas pelos colaboradores em relação a divulgação das funções do TRAPICHE na cidade e na UFS. A exemplo disso, o “CAFÉ” foi um evento onde o escritório convidou alunos e professores da UFS e o pessoal da Oficina Escola para conversar sobre temas como “A arquitetura Social – Um processo de parceria e autoconstrução” e como subeixos “Lei de assistência técnica” e “Tecnologia social”, além de diversas oficinas práticas, finalizando o evento com o “Cineminha Amor” com a exibição do filme “Narradores de Javé”.

Alguns projetos simples foram desenvolvidos, nesse sentido serão descritos de maneira simplificada pois os mesmos não envolviam grande complexidade projetual. O GT institucional foi subdividido devido ao surgimento de novas demandas da universidade. Cada um requisitavam coisas distintas, como o “GT 4 – Layout” onde apenas foi necessário a reorganização do espaço e levantamento dos móveis que melhor se adequavam a sala sede da Pós Graduação em Enfermagem – PPGEN, da UFS.

Já o “GT 7 – Centro de Empreendedorismo da UFS (CEMP), não se encaixava estritamente no que configura o público alvo do TRAPICHE e o que o centro propaga. Este grupo vai na contramão do que o escritório acredita. Apesar de muitos dos

colaboradores se oporem à captação e a elaboração deste projeto, por falha na seleção realizada pela Diretoria de Projeto (DP), o GT teve que ser desenvolvido e finalizado. O programa de necessidades era básico: inicialmente tratava-se apenas da organização do layout e proposição de novos usos no espaço.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos na UFS, o “GT – 8 Colégio de Aplicação da UFS (CODAP), tinha por objetivo a criação do “Parque de Arte e Ciências do CODAP”. O parque será aberto à toda comunidade e terá visitação programada. Em seu programa de necessidades previa espaços experimentais, de aparatos e esculturas que integrassem a ciência de modo geral, tecnologia e arte. Esses objetos seriam criados pelos próprios alunos sob a orienta o de seus professores e colaboradores do TRAPICHE. O projeto ainda não foi executado.

Em rela o ao “GT 9 – Pesquisa”, entendendo que o EMAU não se limita a prática ou se dissocia do ensino e muito menos da pesquisa, o GT foi criado tendo por inten o motivar os colaboradores a sua forma o contínua, seja por meio das leituras que seriam propostas no grupo, ou pelo desenvolvimento da prática da escrita¹³. O grupo também teria papel importante no auxílio da documenta o e preserva o desses conhecimentos junto   Diretoria de Administra o, tarefa importante também para gerar autocr ticas, sínteses e reflexões sobre a práxis do escritório.

  necessária mais motiva o para o “GT 9 – Pesquisa” no que tange a sua organiza o formal e metodologia no desenvolvimento de novos artigos e estudos científicos. Timidamente o grupo conseguiu alguns frutos, foram apresentados estudos e discussões no “I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste” realizado em Recife/PE no ano de 2020. Na ocasião, foi apresentado o estudo preliminar resultante do GT 6, intitulado por “Direito   cidade: Urbanismo de risco. A faixa de prote o do gasoduto no bairro Rosa Elze, São Cristóvão/SE” “GT6 – Rosa” junto ao “O EMAU TRAPICHE como difusor dos serviços de Arquitetura e Urbanismo”. Este grupo aprovou artigo para apresenta o no UIA, que acontecerá no Rio de Janeiro, ainda este ano.

O espaço foi importante e proporcionou a troca de saberes e experiências, além da inser o da atua o do escritório em rede. Para além dessas a oes, há a necessidade de se ater mais detalhadamente sob alguns grupos de trabalho que

¹³ Consultar a ata da Assembleia Geral realizada em 10-07-2019. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

demandaram muito mais atenção e tempo de atividade, estando até hoje ativos ou sem finalização. Seguem abaixo:

MINI CURSO DE LEVANTAMENTO CADASTRAL: Buscando integrar e capacitar, os estagiários da Oficina Escola de Laranjeiras - OEL, que funciona no mesmo casarão que a “Casa de Extensão” e o TRAPICHE, foi realizado um mini curso de levantamento arquitetônico. O minicurso foi dividido em três etapas: a primeira etapa foi teórica e consistiu em uma aula sobre levantamento, introduzindo técnicas e equipamentos utilizados para fazê-lo na prática; a segunda etapa foi uma aula prática com a realização de um levantamento pelos estagiários da OEL monitorados pelos membros do Trapiche; na terceira e última etapa foram ministradas três aulas de apresentação do Sketchup aos estagiários, para possibilitar que os dados obtidos no levantamento possam ser transformados em material gráfico.



Imagem 22. Primeira etapa do minicurso onde foram realizadas as medições da “Casa de Extensão”.
Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.



Imagem 23. Segunda etapa do minicurso onde foram realizadas as medições da “Antiga Delegacia” de Laranjeiras. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

_MUSSUCA: Antes de propriamente adentrar nos trabalhos desenvolvidos em parceria com a Comunidade Quilombola Mussuca, localizada no município de Laranjeiras, é necessário destacar: A Mussuca é território de luta, resistência e cultura!

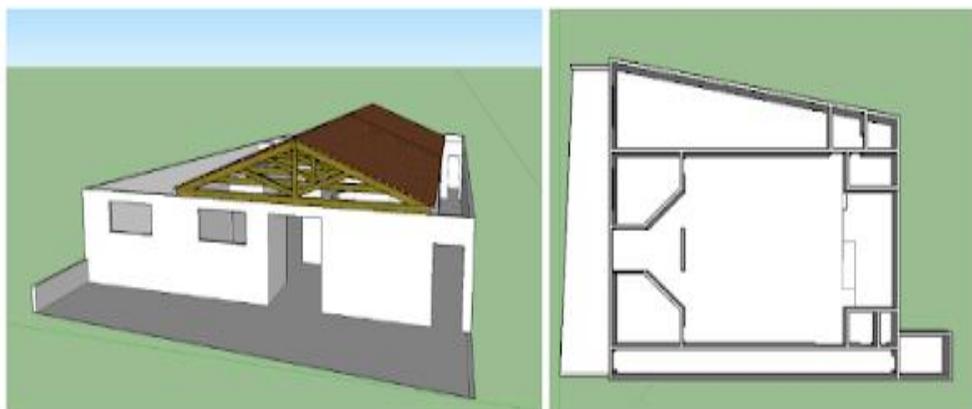


Imagem 24. Maquete eletrônica da Associação de Moradores da Mussuca – fachada e planta baixa. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

Ela é a maior comunidade quilombola do estado de Sergipe, com 3 mil habitantes¹⁴. O TRAPICHE tem parceria de longa data com o histórico povoado e agora então bairro da Mussuca. Durante esse período, variadas demandas chegaram ao escritório por meio da própria comunidade: campinho de futebol em meados de 2017, a cozinha industrial, a praça da Mussuca, reforma do Centro Comunitário do Povoado Mussuca, e por último, após a fatídica queda do telhado da sede da Associação de Moradores, se fez necessário a elaboração urgente de um projeto de cobertura para o local e também de uma reforma arquitetônica.

Para a elaboração dessa nova estrutura, o EMAU buscou estabelecer parceria com o Departamento de Engenharia Civil junto ao professor Jorge Costa e o aluno Thiago da Silva para o desenvolvimento do projeto. A maquete eletrônica foi executada, porém o projeto do telhado e sua nova estrutura não foi concluído. As próximas etapas do projeto precisam ser definidas entre ambas as partes e por fim, realizar a entrega do projeto à comunidade para a sua concretização.

¹⁴ Povoado Mussuca, maior comunidade quilombola de Sergipe. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/bom-dia-sergipe/videos/v/povoado-mussuca-maior-comunidade-quilombola-de-sergipe/6303566/>>, acesso em 22 de jan. de 2021.



Imagem 25. Foto da Associação de Moradores da Mussuca após a queda do telhado. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.



Imagem 26. Fotos da Associação de Moradores da Mussuca após a queda do telhado. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

_PRAÇA DOS CARAJÁS NO MARCOS FREIRE II: A Associação Comunitária local procurou o Trapiche para realizar o projeto de um dos espaços públicos do loteamento “Parque dos Carajás” localizado na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, no conjunto Marcos Freire II. O terreno é fruto de um espaço residual designado para futuramente tornar-se uma praça pública. Atualmente, o terreno não possui função alguma além de ações individuais de uso e ocupação de forma desorganizada, além de causar insegurança na população em determinados horários.

A metodologia participativa começa a ser testada e implementada pelo TRAPICHE a partir desse projeto. O GT realizou em 16 de junho de 2018 uma reunião com o foco de encaminhar o programa de necessidades da praça e associação junto a população e não somente com o líder comunitário. Para gerar uma maior participação da população que será futuramente atendida pelo projeto, e ter um melhor entendimento do programa de necessidades da praça, os participantes do GT

elaboraram uma abordagem participativa. Para esta abordagem, além da utilização de uma maquete física do local, provocações aos moradores sobre questões relacionadas aos desejos de cada um foram levantadas no intuito de buscar coletivamente um mínimo denominador comum. Apesar da baixa adesão popular, a abordagem foi satisfatória para essa primeira discussão sobre problemas e potencialidades para se pensar o espaço.

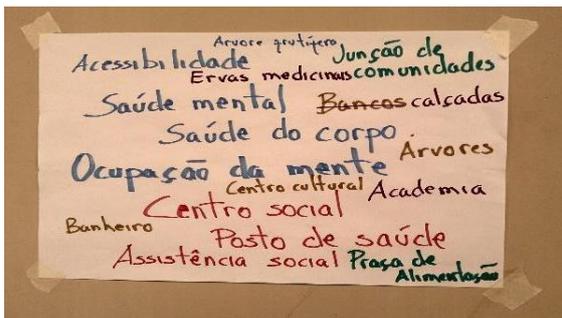


Imagem 28. Programa de necessidades da praça. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.



Imagem 27. Colaboradores discutindo o projeto a ser desenvolvido pelo TRAPICHE. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

O estudo preliminar levou em consideração apontamentos feitos pelos presentes na primeira reunião, tais como: a ausência de bancos; a adição de novas árvores; espaço infantil; área de alimentação; academia ao ar livre e pista de caminhada; além de uma sede para o centro comunitário (atualmente sediada em uma sala alugada) e os caminhos já percorridos pra comunidade no terreno.



Imagem 29. Maquete física do terreno. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2018.

Em uma nova reunião, agora com uma adesão maior de moradores locais em relação à anterior, foi apresentado o anteprojeto para a aprovação do mesmo, sendo possível extrair informações com mais qualidade no tocante a “vida em comunidade” além de novas ideias e aprimoramento do programa de necessidades, como por exemplo questões orçamentárias e usabilidade da praça.

Aqui cabe pontuar que no primeiro contato com a comunidade, um dos desejos dos que estavam ali presentes era a não existência de árvores e bancos, o que iria descaracterizar totalmente o sentido de uma praça pública, como um local de passagem, sossego e lazer. A defesa – imbuída no senso comum – era de que estes equipamentos permitiriam a permanência de pessoas não bem quistas (sabemos que as mais excluídas pela sociedade capitalista) e conseqüente violência para o local. Uma análise completamente descolada da realidade, amplamente difundida por via de programas policiais exibidos em canais abertos, sem base material e profundidade necessária para entender de qual processo deriva tal questão e o motivo do aumento da violência urbana e da população de rua nos bancos das praças, embaixo de viadutos e estirados em calçadas, totalmente à deriva em nossas cidades.

Retomando à discussão do grupo de trabalho, feita as discussões necessárias em defesa de tais equipamentos na praça, o projeto foi aprovado pela comunidade, encaminhando-se para o desenvolvimento da etapa final. Houve muitas falhas na elaboração desse projeto dos quais destacaram se:

- _ Não se levou em consideração o caminho proposto pela comunidade na elaboração do projeto e na sua paginação;
- _ A grande rotatividade de membros no grupo de trabalho;
- _ As formas utilizadas para o centro comunitário (circular) - apesar de justificada em seu conceito “multifocal” - dificultou o desenvolvimento do projeto devido a inexperiência dos membros girados para finalizar esse grupo de trabalho;
- _ A falta de disciplina e compromisso com a entrega desses produtos;
- _ A não presença de professores-orientadores no escritório, pois houve uma grande dificuldade de imaginar a execução dessa obra (por mais que essa ainda não tenha saído do papel, mas no ato de projetar é obrigação entender o funcionamento do canteiro de obras) e conseguir achar saídas para os problemas projetuais que surgiam na medida em que se aprofundava no detalhamento do projeto.

O EMAU está em débito com a comunidade, pois o projeto foi solicitado desde 2018 e até então não teve seu “fim”, apesar de que em sua concepção está finalizado. Atualmente encontra-se em sua fase final sendo necessária a finalização do projeto executivo para ser finalmente entregue.



Imagem 30. Volumetria da proposta final da Associação dos Moradores. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.



Imagem 31. Planta Baixa da Associação dos Moradores. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

INTERVENÇÃO CASA DE EXTENSÃO – ILHA MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'ÁJUDA/SE:

A Ilha Mem de Sá é uma vila pertencente aos pescadores e ribeirinhos, cercada pelo rio Vaza Barris e está sendo divulgada no site da Prefeitura de Itaporanga como “Maior fenômeno atual da indústria do turismo no estado de Sergipe”¹⁵. É notável a crescente visibilidade da Ilha e impulsionamento da mesma para o turismo. Outro problema recorrente, nessa área, é a ocupação desordenada e desigual da terra. Apesar disso, Mem de Sá não possuía nenhum posto de atendimento médico, odontológico ou qualquer outro serviço de atendimento à saúde.

¹⁵ ILHA DE MEM DE SÁ - Prefeitura Municipal de Itaporanga, disponível em: <<http://itaporanga.se.gov.br/ilha-de-mem-de-sa/>>, acesso em 21 de jan. de 2021.



Imagem 32. Ilha de Mem de Sá, cercada pelo rio Vaza Barris. Fonte: Google Maps, 2021.

O Trapiche entra como um “facilitador de projetos” para viabilizar atendimento médico, odontológico e jurídico, mais uma vez atuando por meio da assistência técnica. Também mediante a necessidade de permanência no local que diversos grupos de extensão da UFS precisam para a realização de suas pesquisas e ações na Ilha, a prefeitura de Itaporanga em conjunto com a

Universidade Federal de Sergipe disponibilizou “Casa de Extensão – Ilha Mem de Sá” como espaço para abrigar esses grupos. O Trapiche aproveitou o espaço para realizar oficinas com o objetivo de aproximar a população local e gerar produtos para melhorar a estrutura e habitabilidade da casa de extensão.



Imagem 33. Fachada dos consultórios comunitários. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019

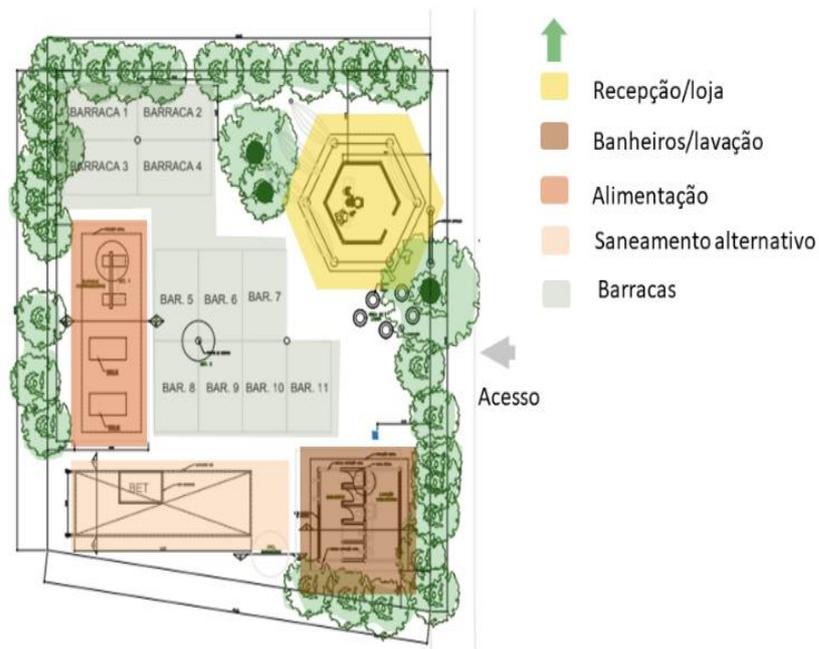


Imagem 35. Implantação e setorização do Camping. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.



Imagem 34. Casa de Extensão da UFS". Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

Das atividades realizadas pelo TRAPICHE na Ilha Mem de Sá, destacam-se:

- _ Construção das salas de atendimento médico (ver imagem 16);
- _ Oficina Mambembe Mem de Sá - 4 a 9 de dezembro de 2019;
- _ Objetivo físico: a construção coletiva de parte do projeto do Camping da Associação de Moradores da Ilha Mem de Sá, que foi desenvolvido pelo EMAU Trapiche;

- _ Mutirão de Saneamento Alternativo: Círculo de Bananeiras e BET (Bacia de Evapotranspiração);
- _ Ambos os sistemas de tratamento foram dimensionados anteriormente para suprir a demanda de público do Camping e também para que o buraco já estivesse parcialmente cavado e a quantidade de material para preenchimento (entulho, galhos, matéria seca) estivesse dimensionada;
- _ Círculo de Bananeiras foi finalizado, mas apenas o buraco da BET foi finalizado, pela grande profundidade e falta de material para a impermeabilização;
- _ Mutirão de Taipa: “tramar” o módulo de bambu e realizar o fechamento com barro;

A FAIXA DE GÁS NO ROSA ELZE: Localizada no bairro Rosa Elze na cidade de São Cristóvão, a “Faixa de Gás” como é popularmente conhecida, tem uma extensão territorial de 2 quilômetros aproximadamente e é oficialmente nomeada por “Avenida Chesf”, sendo essa uma faixa de domínio da Petrobrás. Em sua margem, existe na avenida diversas tipologias arquitetônicas, havendo a predominância de moradias (ocupadas por famílias de baixa renda), ou pequenos comércios e empreendimentos imobiliários, que vem crescendo cada vez mais motivados pela presença do campus universitário nas proximidades.

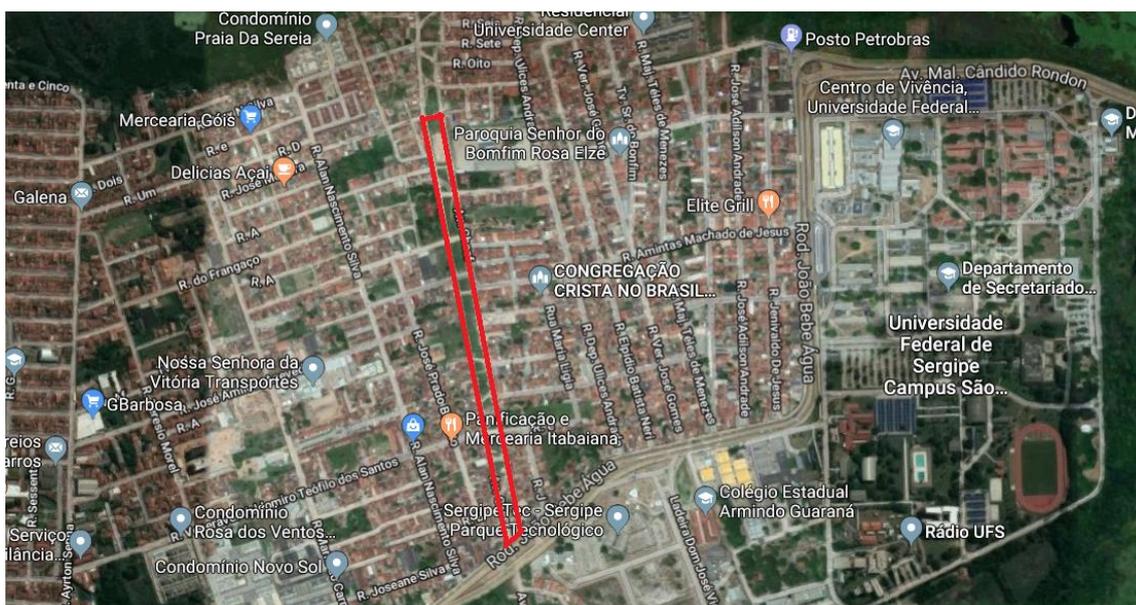


Imagem 36. Em destaque a extensão territorial da “Faixa de Gás”. Fonte: Google Maps, 2019.

A inexistência de saneamento básico e de manutenção da área é evidente e sua paisagem é marcada por uma triste cruz (ver foto abaixo) que sinaliza mais um episódio triste: a perda de uma vida em detrimento do descaso do poder público em relação à vida do povo. A vegetação existente dominou a área impedindo a visualização do espaço, uma senhorinha moradora “da faixa” estava caminhando por lá até que levou uma queda e caiu sob os “matos” e com isso demorou horas para ser encontrada e quando foi, infelizmente já estava sem vida.

O convite para atuar na área chegou ao TRAPICHE por meio de solicitação de um morador da comunidade para realização de um projeto urbano e paisagístico como forma de sanar os impactos da área, caracterizados pela falta de drenagem e pavimentação, acúmulo de lixo, presença de animais e mato, comprometendo assim, a saúde da população.

A região passa por outras situações de perigo: os viadutos de gás da Petrobras e Sergás que anterior a suas instalações já existiam moradores na área. Há alegações dessas empresas de que é impossível fazer simples modificações, como as descritas no programa de necessidades, pois acarretariam em risco para a população. Porém, os residentes da faixa alegam que “se é impossível, por qual razão foi possível realizar a pavimentação Avenida Gasoduto no Orlando Dantas?”. O que tais moradores clamam nada mais é do que o famoso conceito magistralmente debatido pelo respeitado pensador marxista Henri Lefebvre: o Direito à Cidade!



Imagem 37. Cruz simboliza a fatalidade ocorrida. Fonte: Acervo TRAPICHE, 2019.

Frente às necessidades levantadas e discussões internas, a metodologia adotada no trabalho baseou-se em reuniões com comunidade, representantes da Prefeitura, alunos da UFS interessados na questão, professores da UFS, o coletivo Saúde Moradia e visitas de reconhecimento da área. As primeiras reuniões com os moradores visou articular e planejar ações para um maior entendimento sobre as questões que envolvem a área. Só assim foi possível compreender a totalidade do problema, isto é, seus conflitos e interesses e atores envolvidos (Petrobras, Sergás e Prefeitura de São Cristóvão) mediante a esses diversos encontros.

A partir de então, ficou definido que o projeto que ali seria desenvolvido não teria por fim desenhos arquitetônicos, mas que estes seriam instrumentos utilizados para fortalecer a luta local por espaços urbanos de qualidade. Ou seja, fugindo da lógica tradicional sobre o que é um “projeto arquitetônico”, dado que desenhos anteriores foram propostos e sempre negados pela Petrobrás. Então ficou definido que o TRAPICHE elaboraria um “Diagnóstico Urbano-Ambiental” que colocasse como ponto central o risco no qual aquela população é diariamente exposta, voltando-se à conscientização da população local e de sua mobilização em direção a reivindicação de direitos não lhes foram assegurados (como a mitigação que deveria ocorrer para a área).

Houve também o planejamento de um evento na faixa, no intuito de “Ocupá-la” com a proposição de diversas atividades esportivas, lúdicas e culturais. Para a realização desse evento seria necessária à sua divulgação, limpeza da área e arrecadação de materiais, tarefa à qual os moradores ficariam responsáveis.



Imagem 38. Placa de sinalização do viaduto. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.



Imagem 39. Reunião junto aos moradores locais. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2019.

Esse grupo de trabalho foi bastante complexo para o TRAPICHE, pois no bairro não existia associação de moradores ativa e os afazeres eram diversos sendo necessária a ação de recrutamento de mais pessoas para a luta. As tentativas de retomada dos trabalhos foram inúmeras, porém, houve empecilhos na articulação entre os moradores e apesar de levantar informações sobre coletivos artísticos e organizações políticas parceiras do escritório que atuam naquela área, não se obteve êxito. A dificuldade na mobilização de todos os colaboradores para um melhor engajamento com o GT também afetou a dinâmica geral. Infelizmente diante das dificuldades, houve no grupo sua total desmobilização, restando aí mais um desafio para o EMAU.

2020-ATUAL

Finalmente é finalizada a primeira revisão do Estatuto do TRAPICHE em 19 de novembro de 2020. Para a viabilização desta revisão foi criada uma comissão específica, composta por três membros responsáveis pela formulação das propostas e posterior alteração das informações caso fosse decidido em Assembleia Geral o acréscimo, modificação ou anulação de algum trecho do estatuto. A metodologia escolhida pela comissão foi estabelecer um cronograma de reuniões onde seria feita a leitura do antigo Estatuto de 2014 e discussão do mesmo, ali seriam feitas as modificações para posterior aprovação em Assembleia Geral.

Nesse Estatuto passa a existir efetivamente, não apenas em ata, a distinção entre colaboradores além da nova função de “Conselheiro Administrativo”. No artigo 3º encontramos a definição dessas funções (ESTATUTO DO TRAPICHE, 2020):

I - Colaborador interno: mediante participação no processo de formação de novos membros, todo aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS que, interessado na interação Universidade/Comunidade e na difusão dos serviços proporcionados pelo Trapiche, contribua através de prestação de serviços para a condução de suas atividades e consecução de suas finalidades;

II - Orientador: todo professor ou profissional que contribua na difusão dos serviços prestados pelo Trapiche, através de atuação como especialista na orientação das atividades desenvolvidas, na medida em que haja solicitação para sua área de atuação;

III - Colaborador externo: Todo indivíduo, comunidade e/ou corpo acadêmico, que contribua para o desenvolvimento dos projetos realizados pelo Trapiche num curto espaço de tempo ou em ações pontuais.”

IV - Conselheiro Administrativo: professor da UFS que contribua na difusão dos serviços prestados pelo Trapiche, através de atuação como especialista

na orientação das atividades desenvolvidas, na medida em que haja solicitação para sua área de atuação, além de ser responsável pela submissão do projeto de extensão conforme os editais da instituição pedem.

Além disso, a proposta já deliberada em ata sobre a questão de desligamento dos membros mediante as faltas não justificadas se faz presente nesse novo documento. Outro ponto que devem ser ressaltados como uma grande mudança para o EMAU consistiu na **extinção daquele velho método excludente de processo seletivo**. Tomando consciência da sua responsabilidade política na formação desses futuros profissionais, a atual forma de recrutamento de novos membros se dá por meio do evento de “Formação e Acolhimento para Novos Membros” devidamente explicada no Artigo 31º (ESTATUTO DO TRAPICHE, 2020, grifo nosso):

Baseando-se no princípio da **livre participação estudantil**, os estudantes que desejarem ingressar no Escritório como Colaboradores Internos passarão por um **processo formativo**, devidamente divulgado pela Coordenação de Relações Públicas.

Para tornar-se membro colaborador interino do TRAPICHE a única exigência é a carga horária de ao menos 75% no evento. A formação visa ao menos apresentar conceitos chaves relacionados ao tema do “Direito à Cidade” de forma politizada e científica. E isso se demonstra no Artigo 32º (Estatuto do Trapiche, 2020, grifo nosso):

Sobre o processo formativo:

I - De caráter formador e educativo, objetiva a introdução de temas relacionados à **extensão popular e assessoria técnica** e outros assuntos pertinentes e variados apresentando necessariamente os princípios norteadores do Projeto EMAU, o funcionamento e organização interna do escritório, bem como este Estatuto;

Um dos grandes problemas internos que perduram até então é em relação à inatividade dos membros. Infelizmente por muito tempo houve um negligenciamento cada vez maior de alguns membros perante a responsabilização e realização de tarefas e atividades, bem como na frequência em Assembleias e reuniões ou até mesmo na ausência de respostas. Tais questões podem ser vistas e revistas em diversas atas de Assembleias Gerais e relatorias de reuniões. Esse tipo de comportamento é prejudicial ao coletivo e não deve ser compatível com as premissas do projeto EMAU.

Diante disso, foi levantado pelos membros de que o crescimento do escritório deve ser pautado no aumento **qualitativo** (e por isso a importância da formação e acolhimento) e não quantitativo, evitando assim o “inchaço” e membros “fantasmas”

que acabam por sobrecarregar os demais. Os novos “Colaboradores Internos” a partir desse novo estatuto serão oficializados mediante assembleia geral, através da assinatura do Termo de Responsabilidade. Solidariedade é uma palavra que rege todas as nossas relações: dentro e fora do TRAPICHE.

Outra dificuldade enfrentada foi ocasionada pela pandemia causada pelo COVID19. Visto a quarentena e as recomendações das autoridades sanitárias do Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde e secretarias estaduais da saúde no final do mês de março de 2020, foi deliberado¹⁶ de que a atuação se daria de forma não presencial. As reuniões e assembleias foram realizadas à distância até que a situação se regularizasse e fosse seguro retomar às atividades presenciais. Essas informações foram repassadas a todos os alunos do curso para conscientizá-los e fortalecer a campanha “fique em casa”.

Outros grupos de trabalho continuaram sem conclusão, foram eles: os GTs da Mussuca, Praça do Marcos Freire II, o da Faixa do Rosa Elze, CEMP e CODAP, porém o grande foco desse período foram as atividades realizadas nas ocupações do MTST/SE. Outras ações pontuais foram feitas na conta oficial do TRAPICHE em redes sociais, seja divulgando atividades ou promovendo eventos (ocorridos de modo remoto), seja denunciando a arbitrariedade imposta ao longo dos meses ao povo sem teto por meio de ações de reintegração de posse.

Apesar da orientação do “fique em casa” parte da população brasileira estava passando fome ou não tinha (e nem tem) condições sanitárias mínimas para se proteger-se do vírus através da higienização das mãos. Alguns membros se destacaram para a execução do projeto “Uma Mão Lava a Outra” que foi realizado em outras partes do país: Ceará (Taramela Assessoria Técnica), Piauí (Centro de Defesa Ferreira de Souza), Pernambuco (Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade CAUS), Bahia (Coletivo Escalar) e em Sergipe através do EMAU.

Essa participação foi possível graças a articulação com o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, que apresentou a campanha “Uma Mão Lava a Outra” em parceria com a ONG Habitat Brasil. Totalizaram a instalação de 72 pias projetadas pela “Residência AU+E” e executadas pelas assessorias técnicas que

¹⁶ Ata da Assembleia Geral realizada em 23/03/2020.

compõem o Fórum. Essas pias precisavam de um acionamento da válvula diferenciada evitando ao máximo o contato direto das mãos a qualquer superfície da pia. Logo em seguida as pias foram instaladas pelos colaboradores do Trapiche e membros do MTST nas ocupações Beatriz Nascimento e Valdice Teles, ambas localizadas na capital sergipana.



Imagem 41. Colaboradores do TRAPICHE junto aos companheiros do MTST pós dia de trabalho. Fonte: Acervo do TRAPICHE, 2020.

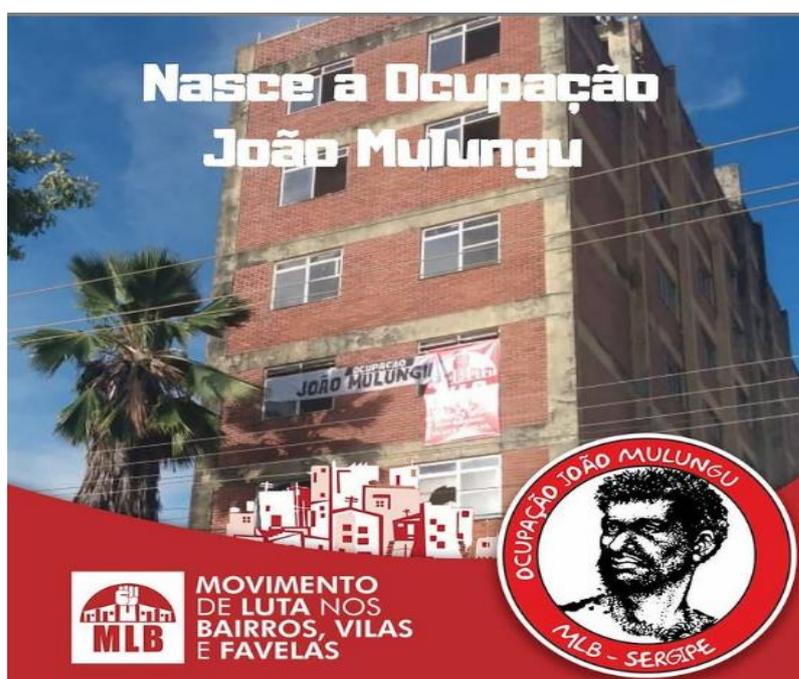


Imagem 40. Primeira arte de divulgação da Ocupação. Fonte: Instagram, 2020.

Durante o segundo turno das eleições municipais de Aracaju, no dia 27 de novembro, ocorreu a mais nova ocupação da capital “João Mulungu” (ver imagem 38) organizada pelo “Movimento de Lutas em Bairros, Vilas e Favelas – MLB”, ao prédio abandonado há mais de cinco anos na Avenida Ivo do Prado ao lado da “Assembleia Legislativa de Sergipe – ALESE”. Segundo o movimento, o nome escolhido presta homenagem ao sergipano nascido em Laranjeiras que foi um grande “revolucionário lutador contra a escravidão”. Mulungu foi responsável pela organização de levantes de escravos e libertação dos mesmos em diversos engenhos do estado. O Trapiche prestou solidariedade e visitou a ocupação, além de realizar doações de alguns materiais necessários para a viabilização da instalação elétrica da ocupação.

_04 BALANÇO: AS MUDANÇAS DO TRAPICHE



Imagem 42. “Vilma”, o cofrinho do TRAPICHE. Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem 44. Trapicheiros em Reunião na sede. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.

Imagem 43. Colaboradores do Trapiche e MTST pós dia de trabalho na ocupação “Beatriz Nascimento” em Aracaju. Fonte: Acervo do Trapiche, 2020.

O TRAPICHE está se aproximando dos 7 anos de existência, no entanto, nem sempre se configurou completamente enquanto EMAU conceitualmente falando, muito embora em seu primeiro Estatuto de 2014 pontuava que para sua elaboração tomou por referência a “Carta de Definição para escritórios modelo de Arquitetura e Urbanismo” construída e homologada FENEA em 28 de Julho de 2007 (dois mil e sete). Esses mesmos documentos nos alertam que se tratam de orientações e não “uma receita de como implantar ou manter um EMAU”, visando evitar o erro da generalização, pois o Brasil é um país de extensões continentais e em cada região e estado há suas peculiaridades e particularidades.

	LABORATÓRIO DE EXTENSÃO	EMAU
INICIATIVA DE IMPLANTAÇÃO	PROFESSOR	ESTUDANTES
GESTÃO/ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS	PROFESSOR	ESTUDANTES
RECURSOS FINANCEIROS	UNIVERSIDADE/MERCADO PRIVADO	UNIVERSIDADE
INFRAESTRUTURA	UNIVERSIDADE/MERCADO PRIVADO	UNIVERSIDADE
CAPTAÇÃO E ESCOLHA DE PROJETOS	PROFESSOR	ESTUDANTES
ÁREA DE ATUAÇÃO	QUALQUER PROJETO ESCOLHIDO PELO PROFESSOR COORDENADOR	COMUNIDADES EXCLUÍDAS E ORGANIZADAS
PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS TRABALHOS	SELEÇÃO DOS ESTUDANTES FEITA PELO PROFESSOR	LIVRE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

Tabela 1: Diferenciação entre um EMAU e um Laboratório de Extensão. Fonte: Trapiche, 2020.

O escritório por muito tempo atuou de forma semelhante a um laboratório de extensão, onde os membros eram dependentes do professor coordenador, principalmente em relação a captação de novos projetos o que acabava por concentrar a tomada de decisão em um só membro; Além de que era composto por poucos membros, cuja o modo de seleção não era aberto sendo necessário a submissão dos alunos ao processo seletivo, que ocorria anualmente, para tornar-se membro; Bem como não havia o cuidado em relação com que tipo de público estava sendo atendido pelo TRAPICHE e quais os tipos de serviços estavam sendo

prestados, o que colocava o escritório numa prática semelhante à do mercado e ocasionou em um dado momento uma breve polêmica entre os profissionais da área.

Outro ponto que tange a questão interna do escritório é em relação a organização e documentação de informações dos projetos e atividades desenvolvidas, prejudicando até mesmo a pesquisa desenvolvida neste escrito. Não foi possível fazer análises com riqueza de detalhes em dado momento por conta da dificuldade em encontrar materiais no acervo existente, isso quando existiu material no acervo. É necessário colocar como objetivo um melhor entendimento sobre a ciência da informação para auxiliar a formular uma nova forma de descrição dos dados sejam eles registrados em atas, relatórios ou projetos.

Para além disso, ao se tratar de um projeto EMAU, é importante destacar que deve ser uma iniciativa estudantil de cunho político bem delineado e por tanto não pode se deslocar das pautas e da construção do movimento estudantil. Isso se faz necessário para que a disputa seja feita também entre os estudantes, apresentando-se enquanto alternativa de extensão universitária popular que **atendam de fato** as necessidades do nosso povo, diferenciando-se então das Empresas Juniors – EJs, estritamente de cunho liberal, distantes da questão social, buscando apenas atender ao mercado e que vem a passos largos ganhando espaço no movimento estudantil.

Ademais, é importante compreender o papel que o EMAU irá desempenhar em cada espaço principalmente por pertencer a uma instituição de ensino a qual possui dever e responsabilidade social, facilitando assim o diálogo entre instituições e poderes constituídos. Tendo isso em vista, contradições irão surgir e para isso se faz necessário a compreensão do modelo institucional ao qual está inserido, pois é este que nos conduzirá e condicionará a limites em nossa atuação. Isso se deve ao fato de que tais instituições – sejam elas redes privadas ou federais, salvo suas particularidades – estejam inseridas numa lógica de ensino mercadológico e bem como Darcy Ribeiro costumava dizer “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto” e é por isso que estar inserido na luta estudantil se faz importante, pois é necessário repensar o modelo de universidade e garantir a universalização dela a todos.

_ ESTAR EM REDE É NECESSÁRIO

No ano de 2019 novas parcerias foram estabelecidas a partir da participação no “25º Encontro da Rede ULACAV”¹⁷ em Recife, onde teve por objetivo de refletir os avanços e retrocessos para uma formação em relação ao “habitar” e “habitação social” na América Latina. Foi durante esse encontro que o TRAPICHE foi convidado para o “I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste” que ocorreu em 2020 e objetivou a articulação e troca de experiências entre pessoas, coletivos e organizações que trabalhem com ATHIS na região do nordeste. Outras atividades realizadas pelo EMAU foi possível graças à atividade conjunta com os coletivos participantes do “Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste” e financiamento pela ONG “Habitat pela Humanidade”¹⁸.



Imagem 45. Registro fotográfico feito durante a visita técnica no "25º Encontro da Rede ULACAV" na ocupação "Dom Helder Câmara" na cidade do Recife. Fonte: Acervo próprio, 2019.

Além deste evento, o escritório soma-se ao “Rede Moradia – Assessoria” grupo que busca reconhecer a diversidade de condições de moradia no Brasil, sistematizar, analisar e da publicidade as práticas em assessoria técnica e extensão universitária popular no país. O Trapiche desde meados de 2018 vem ganhando destaque e obtendo novas parcerias importantes que além de fortalecer seu trabalho,

¹⁷ XXV Encuentro de la Red ULACAV “Reflexión sobre avances y retrocesos para una formación en hábitat”. Disponível em: <<https://redulacav.org/c80-encuentros/xxv-encuentro-de-la-red-universitaria-latinoamericana-de-catedras-de-vivienda-2019-recife-brasil/>>, acesso em 24 de jan. de 2021.

¹⁸ ONG que diz atuar na “promoção da moradia como um direito humano fundamental. Disponível em: <<https://habitatbrasil.org.br>>

dão oportunidade de conhecer diferentes experiências e métodos de trabalho, além da importância desses espaços para se debater nacionalmente as questões relativas ao direito à cidade. A troca de experiência em rede nos dá munição e aponta caminhos.

_ É PRECISO ESTAR ATENTO ÀS CONTRADIÇÕES

Sabemos que a Lei de Assistência Técnica¹⁹ se configurou como uma conquista no âmbito legislativo que pouco avançou para fora do mesmo. Perante a história da habitação social no Brasil, a maior parte das políticas públicas voltadas para a questão o Estado brasileiro mais favoreceu a iniciativa privada – dando a chancela sobre o seu desenvolvimento – do que criou oportunidades para a população excluída, apesar de ter ocorrido políticas alternativas que foram iniciativas pontuais como os programas do FNHIS, a modalidade com Entidades do “Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV” ou mesmo as ações de melhorias habitacionais em urbanizações de favelas²⁰.

Para se ter ideia o orçamento do PMCMV destinado a programas alternativos como o Entidades (voltado para entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação urbana e rural por autogestão), corresponde a apenas 3% em relação às empresas privadas que abocanharam 97% do subsídio público disponibilizado com recursos da União e dos próprios trabalhadores por meio do FGTS, designando às construtoras privadas para oferta e produção direta²¹. Diante do exposto nos capítulos 1 e 2 sobre a atuação do Estado e políticas públicas e a financeirização da habitação e a ideologia neoliberal, historicamente o Estado burguês não têm interesse na solução do déficit habitacional e por tanto não garantirá tão facilmente o fornecimento da mão de obra e matérias primas necessárias para a efetivação de melhorias habitacionais por vias alternativas como as autogeridas que fogem da lógica de mercado.

Sabemos, ou deveríamos também saber, que a arquitetura não diz respeito apenas ao arquiteto e ao desenho, se faz necessário o trabalho de outros profissionais para a sua realização. Tendo tudo isso colocado, uma das opções para a obtenção

¹⁹ Brasil, Lei Federal 11.888/2008.

²⁰ CARDOSO e AMORE, 2018.

²¹ FIORI e FIX, 2009.

de recursos para viabilizar as atividades, além de outros mecanismos de financiamento coletivo, se dá através de parcerias com ONGs e até mesmo empresas privadas. É preciso estar atento ao adotar essas alternativas, saber como lidar com essas entidades de discurso aparentemente “bonito aos olhos” mas que na prática visa a velha manutenção da ordem e do Estado. Investigar seus programas, objetivos e práticas é essencial à luta que os EMAUs e coletivos populares travam para não recair nos velhos erros que a história já nos mostrou sua insignificância enquanto resultado para as questões concretas que permeiam a cidade.

Se nosso objetivo é mudar a realidade coletiva e não apenas a de alguns poucos, é contraditório crer no “bom mocismo” burguês. Foram diversas as vezes em que ações com boas intenções acabaram por invisibilizar a raiz do problema, recaindo totalmente na lógica assistencialista por via de seu invólucro chamado de “filantropia”, “caridade” “amor ao próximo”. Quando tais atividades e ações apagam a luta coletiva dos indivíduos, isto é, contra essa produção de precariedade e mazelas resultantes do modo de produção vigente, ocorre a alienação da própria militância, onde simplesmente entregamos nas mãos desses operadores da burguesia cuja o único objetivo é o de minorar impacto causado pelo capital. Nesse sentido, é importante pontuar que durante sua trajetória, o TRAPICHE realizou ações de caráter assistencialista, principalmente ao vincular-se com os poderes estabelecidos e não definir claramente os limites dessa relação.

Por mais que sejam essas atividades de nosso interesse, é imprescindível destrinchar como se dará – a nível tático e imediato – esses vínculos que muitas vezes se dão de forma frágil e indefinida, limitando os lutadores sociais a meras ferramentas utilizadas para o cumprimento de tarefas. De tal modo que acaba por enfraquecer nossa profissão e alienar a nossa militância ao fortalecer o apagamento da raiz do problema que é a forma como está organizado o modo de produção que produz tais mazelas. A lógica do capital aliena concretamente a nossa atividade de transformação do mundo e com o auxílio de nossa ingenuidade, promove a falsa sensação de mudança da vida sem concretamente mudá-la. Foi necessário trazer à luz esse alerta para nos precavermos de outro “modismo” acadêmico que, de forma semelhante, embora tenha suas devidas particularidades, auxiliam na manutenção dos mesmos problemas que aqui exposto: o urbanismo tático.

_O URBANISMO TÁTICO E SEU LIMITE TÁTICO

Após a falência do famoso “Estado de bem estar social” houve o avanço da destruição dos direitos humanos básicos impulsionado pela cartilha neoliberal o que resultou na ebulição da chamada “crise urbana”. As formulações anteriores a partir de então não eram mais suficientes ou viáveis para remediar os impactos causados pelo modo de produção capitalista. É diante dessa ausência de programa e respostas aos problemas da cidade que o chamado “urbanismo tático” surge, evocando para si a “tomada da cidade” através de ações pontuais dentro da urbe, traçando uma crítica ao “projeto pelo projeto” formulado e praticado pelos modernistas, agindo em espaços aos quais ocorrem a ausência do Estado e de outros atores sociais, inclusive o mercado.

“[...] a patente falência do Estado se torna extremamente oportuna a ele (**o neoliberalismo**), uma vez que produz um terreno fértil para que ações como esta se desenvolvam e ele se desresponsabilize. Em um momento de estágio avançado do neoliberalismo, em que os governos procuram se eximir ao máximo de suas funções, é bastante conveniente que a sociedade civil cubra suas lacunas. O problema é que a celebração destas iniciativas, purificadas sob a chancela política, obscurece o papel do Estado, tornando-o, por vezes, desnecessário. [...] legitimam a agenda de privatizações (NOGUEIRA e PORTINARI, 2016, p.184, acréscimo meu).

As ações do urbanismo tático têm por premissa a apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios, ativados pela força do trabalho conjunto em torno de alguma melhoria física local ou proposição de novos usos. Como coloca Niel Brenner (2016, p.8 apud GADANHO, p.23), o urbanismo tático também tem por fim “estimular o debate e a experimentação prática sobre os possíveis caminhos para intervenções futuras” e em seu possível horizonte uma suposta “promoção da justiça social na concepção e apropriação do espaço urbano”.

Tanto pela sua simplicidade e agilidade, uma das virtudes do Urbanismo Tático é a lógica do ‘aprender fazendo’. Desde reunir um grupo de vizinhos para se apropriar de uma rua, acalmar o tráfego e dividir uma mesa, até desenhar uma ciclovia com um par de pincéis e latas de tinta, estas **ações leves, rápidas e baratas que de alguma forma incentivam as pessoas a se organizar, tomar decisões e se fortalecer uns aos outros, transformando cidadãos comuns em atores aptos a ajudar no desenvolvimento de seus bairros** (LYDON & GARCIA, 2013, p. 14, tradução nossa). (p. 181, grifo meu)

Essa lógica de Pinterest do “DIY - Do It Yourself (faça você mesmo)”, individualiza e reduz as questões urbanas e retiraram a responsabilidade do Estado

perante seus próprios erros e contradições. Para além disso: o urbanismo tático transforma os espaços de ação em laboratórios de práticas que poderão ser futuramente executadas pelos poderes instituídos e aparelhos da classe dominante, dando cada vez mais margem e respaldo para a lógica neoliberal e aprofundamento da precarização dos espaços urbanos. Segundo as análises do sociólogo Douglas Gordon (2014, p. 183, grifo meu):

Embora cidades sempre tenham sido projetos orgânicos, como discutido, depois de mais de dois séculos de aumento da gestão e profissionalização do planejamento urbano e tanto aperto normativo e legal de controle sobre o uso do espaço urbano (...), o ressurgimento de abordagens faça-você-mesmo não autorizadas para o ambiente construído desde a década de 1960 pode ser descrito como um fenômeno da chamada era neoliberal. **Aparentemente coincidente com o período de reestruturação econômica e com uma política de desregulamentação, o design urbano faça-você-mesmo pode ser visto como uma reação e um produto das estruturas e processos que definem as cidades contemporâneas - tendências como o desinvestimento do Estado, mercantilização, gentrificação, e uma intensificação geral do desenvolvimento desigual** (p. 10, tradução nossa).

Ainda no artigo elaborado por Nogueira e Portinari em 2016 intitulado por “Urbanismo tático e a cidade neoliberal”²² fortalecem o argumento acerca da fragilidade (ou intencional fragilidade?) ideológica e limite do urbanismo tático que esse texto procura expor: a questão “tecnicista” também aparece em seu plano de fundo, onde uma denominada “classe criativa” composta por arquitetos, designers e artistas que participam de tais ações conjuntas, acreditam que seja necessário uma “neutralidade política” buscando justificativa no tecnicismo como maneira de fugir de tal confronto ou de apenas debatê-lo de forma superficial o que por consequência gera a despolitização, o que é oportuno ao neoliberalismo. Nesse mesmo texto é colocado que o urbanismo tático pode atuar como linha auxiliar na aplicação da agenda neoliberal de austeridade fiscal, e por tanto, mercantilização e gentrificação dos espaços, o que traz por consequência um maior aprofundamento das desigualdades socioeconômicas.

Apesar da intenção se apresentar “boa” em sua forma, em seu conteúdo é repletamente esvaziado de sentido político, fenômeno que também pode ser compreendido por “pós-política” o que a socióloga Sabrina Fernandes (2019, p. 217, grifo nosso) conceituou como “um tipo de despolitização que age no campo do **senso**

²² NOGUEIRA e PORTINARI, 2016.

comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados a status político, social e econômico são efetivamente gerenciados”, onde a disputa por posições ideológicas são imediatamente rejeitadas, ou seja “o fazer política torna-se subordinado a uma presumida **imparcialidade** atribuída à **tecnocracia** e aos **especialistas esclarecidos**”. Assim, surgem respostas tecnocráticas para dar credibilidade a novas embalagens para o senso comum e para criar soluções técnicas insuficientes, mas aparentemente satisfatórias, ao mesmo tempo que uma diluição subjacente de temas e lutas é promovida (FERNANDES, 2019).

Isso facilmente se demonstra dentro do campo do urbanismo tático quando o mesmo toma por norma que as ações não devem possuir “conteúdo ideológico”, ou foco em qualquer instituição específica, classe social ou partidarismo político, jogando tudo e todos num mesmo balaio, apesar de persistir seguindo cegamente as orientações de cartilhas já aqui citadas, ou como destaque abaixo (NOGUEIRA e PORTINARI, 2016 apud JESSOP, 2002, p.18):

“[...] o relatório mundial da ONU recomenda [...] combinar o neoliberalismo com uma forte ênfase na mobilização de energias populares, da economia informal ou social e valores comunitários. Nessas cidades, então atribui-se um papel fundamental ao neocomunitarismo na sustentação do neoliberalismo”

Tecer críticas a esse campo de experimentação empírica é importante para compreender em como se estrutura e desenvolvem tais ações, até que ponto podemos estar voluntariamente atuando em conjunto e quando estamos tirando a responsabilidade do Estado. Se a arquitetura se destina a um usuário, sendo esse usuário pertencente a uma classe, raça e gênero, afinal, o urbanismo tático teria por seu objetivo final uma contradição? ou seria um pleonasma respondendo com a simples frase “mais do mesmo”? A resposta também é que suas ações se tornam uma fuga à realidade pois ignoram-se os elementos constitutivos da população da cidade.

É importante também levar em conta que para retomar o uso dos espaços abandonados da cidade, devemos entender as condições de vida da nossa classe e perceber que sob a tutela do neoliberalismo não haverá possibilidade da participação efetiva de todos. A exemplo disso, a jornada de trabalho elevada acaba por minar qualquer participação dos trabalhadores até mesmo em atividades de lazer, quiçá em espaços de decisão, o que dificulta seu engajamento político no que quer que seja.

Isso aponta para mais um limite do urbanismo tático devido a sua desvinculação à questão de classe.

O urbanismo tático é a despolitização do urbanismo, campo científico que nasce por excelência e é necessariamente político. Não existe vácuo no espaço político, e para refrescar a memória e fortalecer tal afirmação temos as famosas “jornadas de junho de 2013” que ocorreram no Brasil e foram capazes de nos conduzir a uma conjuntura ainda mais perversa. Para repensar o modo de fazer urbano, é necessário fugir das formulações idealistas que ignoram a estrutura vigente que produz e reproduz a cidade capitalista. Este é um fato concreto e por tanto não é possível eliminar as contradições existentes sem a superação do modo de produção capitalista. Tal esclarecimento nos apresenta um horizonte por fim e nos auxilia na precisão de nossas táticas: é confrontar o que de fato pretendemos **superar**.

_05 CONCLUSÃO

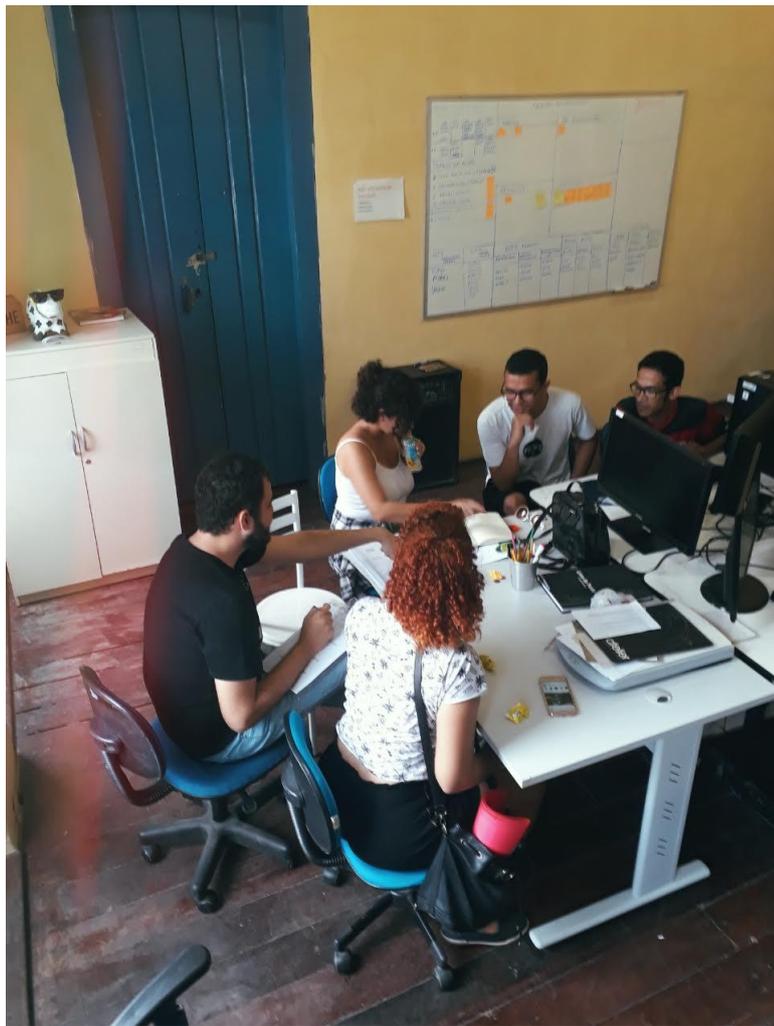


Imagem 46. Reunião interna na sede do Trapiche para a seleção de membros. Fonte: Acervo do Trapiche, 2019.



Imagem 47. Isabela Pinheiro, colaboradora do Trapiche. Registro realizado durante a visita a ocupação "Valdice Teles" organizada pelo MTST em Aracaju. Fonte: Acervo próprio, 2020.

O estudo aqui apresentado teve por intuito provocar reflexões, debater e formular novos caminhos e perspectivas para atuação não somente do profissional em arquitetura, bem como aos estudantes da área. A escolha da frase “Arquitetura não é para pobre” foi feita para apresentar imediatamente o recorte de classe ao qual se trataria no escrito.

A escolha do Trapiche como objeto de estudo se faz justamente por esse ser um espaço onde sua essência se baseia na troca de saberes éticos, técnicos e políticos, onde o tema “moradia” apesar de recorrente, não é o objetivo final. O papel do escritório modelo não se resume a um mero prestador de serviços, mas sim um instrumento auxiliar na luta pela cidade, fortalecendo o poder popular.

O projeto formulado pela FeNEA deixa claro o seu afastamento da lógica neoliberal da produção e reprodução do espaço urbano, diferenciando-se da lógica das Empresas Juniors, evidenciando seu papel político e de classe. Os desafios encontrados são diversos e é necessário compreender que a paciência é uma das virtudes necessárias para construir um EMAU.

A forma de funcionamento do EMAU se difere dos escritórios comerciais e não há uma fórmula pronta para seguir. A superação dos problemas requer tempo, responsabilidade coletiva, dedicação e estudo. A não resolução e entrega dos projetos/ações/tarefas dentro dos prazos estipulados; a alta rotatividade de membros entre os projetos e ações, deixa nítida a indisciplina e não comprometimento como postura individual, acarretando em situações danosas para todos os colaboradores.

Outro agravante é o déficit em relação aos professores-orientadores que possui um papel fundamental para o processo de aprendizagem de todos envolvidos e outras funções de caráter técnico. A “função social do arquiteto” também cabe ao docente de exercer. O Trapiche é uma **extensão universitária de caráter popular**, que apesar de possuir autonomia estudantil, professores-orientadores são essenciais para o desenvolvimento de novas práticas e formulação de sínteses, além de auxiliar na busca de outras fontes de incentivo e permanência destes alunos no escritório. É importante compreender que a função desempenhada por cada colaborador resulta no aprendizado de todos os participantes do EMAU.

Distanciando-se dos muros da universidade, outro problema é entender o papel que se deve desempenhar o TRAPICHE em cada lugar que ele é designado a estar. Por possuir ligação direta com os poderes constituídos e com instituições de poder, se faz necessário entender que a disputa pela cidade também pode ser realizada em tais espaços os quais existem assentos nos conselhos deliberativos que podem e devem ser ocupados pelo EMAU.

Ademais, a sala de aula lida com a abstração o que limita a percepção e o aprendizado. O TRAPICHE é uma extensão da sala de aula no qual trabalha diretamente com uma realidade, tendo o compromisso com a reflexão crítica; buscando atender e responder a demandas coletivas que estão distanciadas da atuação do Estado e da iniciativa privada.

Cabe aqui ressaltar e parabenizar os esforços direcionados para a efetivação dessa revisão estatutária que trouxe efetivas contribuições para o presente e futuro do TRAPICHE. E não somente a isso, mas a energia doada para a realização de outras novas tarefas emergentes que fizeram valer a solidariedade de classe diante da calamitosa pandemia causada pelo COVID19. Isso demonstra que apesar das dores e do desânimo que esse momento nos trouxe frente à toda barbárie exposta diante de nossos olhos, não nos parou, não nos calou! A esperança ainda nos resta e a vontade e coragem de mudar esse mundo nos move.

Dentro de um contexto tão desigual e injusto existente no Brasil, o acesso aos profissionais de arquitetura tão restrito a classe dominante ou parcela da classe trabalhadora, ele é um difusor de serviços de arquitetura e urbanismo dentro do estado de Sergipe, trabalhando com diversas escalas, perspectivas e novas formas de saber fazer arquitetônico não limitado ao desenho. Afinal **“NÃO FAZEMOS PROJETOS PARA FAZER PORTFÓLIO”²³**.

²³ Frase externada por Isadora Torres (membro do Trapiche) no evento intitulado por “Formação e Acolhimento” realizado em 2020.

_ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Douglas. **Urbanidade e a qualidade da cidade**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 141.08, Vitruvius, mar. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>>.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

Aplicativo “Projeto – Saúde Moradia”. Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=arquitetossemcracha.example.com.app.deassistencia>>, acessado em 26 ago. de 2019.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. Revista Caros Amigos, p. 1-25, 2009.

ARTIGAS, João Batista Vilanova; LIRA, José Tavares Correia de; ARTIGAS, Rosa (Org.). **Caminhos da arquitetura**. [4. ed., rev. e ampl.]. São Paulo, SP: CosacNaify, 2004. 238 p. ISBN 8575033530.

Assembleia Geral da União Internacional de Arquitetos. 2011, Tóquio. **Carta Unesco/ Para a Formação em Arquitetura**. Disponível em: <<http://www.cialp.org/documentos/1439567302V4pFQ3qn3Jd55EK0.pdf>>. Acesso em: 26/11/2019.

BOULLÉE, ÉTIENNE. **Arquitetura: Ensaio sobre a arte**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 2, p. 98-104, 1 jul. 2005.

BRASIL. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2017**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>>, __acessado em 19 ago. de 2019.

CARDOSO, Fernanda Simon; AMORE, Caio Santo. **Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil**. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Universitat de Barcelona, 2018. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/CardosoAmore.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

COLOSSO, Paolo. **Arquitetura e política de Josep Maria Montaner e Zaida Muxí**. Resenhas Online, São Paulo, ano 14, n. 158.02, Vitruvius, fev. 2015 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.158/5428>>.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Pesquisa CAU/BR Datafolha**. CAU/BR, Instituto Datafolha, 2015. [Online] <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em 23 de jan de 2021.

COSTA, Edmilson. **A globalização e os clássicos do imperialismo**. CEMARX, UNICAMP, p. 1-10, 2007. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao5/Edmilson_Costa.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2020.

EMAU – TRAPICHE. Estatuto do Trapiche, 2014.

EMAU – TRAPICHE. Estatuto do Trapiche, 2020.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução: Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FeNEA. **EMAU**. Disponível em: <<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>>, acesso em 25 de ago. de 2019.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

FERRO, S. **O Canteiro e o Desenho**. São Paulo: Editora Projeto, 1982.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286383>>. Acesso em: 18 jan de 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIEDRICH, Engels. **Para a questão da moradia**. 1873. Obras escolhidas em três tomos, Editora Avante. Disponível em: < resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf >, acesso em: 06/06/2020.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro, Casa da palavra, 2001.

LEAL, Nathálya Louise Macêdo. **Assistência Técnica em Habitação Social, Extensão Universitária e Residência Acadêmica: Experiências e Caminhos**. 2019. 175 p. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**: Vladimir Ilitch Lênin; apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011. 271 p. ISBN 978-7713-130-0.

LODDI, Laila. LIAL, Danielle; SANTOS, Tainara; LUCAS, Edinardo. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 7º, 2016, Ouro Preto. **Extensão Universitária em Arquitetura E Urbanismo: A Prática Dos Escritórios Modelo**. Anais... Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. p. 1-15.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. [s.l.]: Ed. Expressão Popular, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 535.

NEUMAN, Eran. **Longing for the Impossible**. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/culture/1.5119241>>, acessado em 19 ago. de 2019.

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli. PORTINARI, Denise Berruezo. **Urbanismo tático e a cidade neoliberal**, 2016. Arcos Design, Rio de Janeiro, V. 9 N. 2, p. 177-188.

NUNES, Verônica Maria Meneses; NOGUEIRA, Adriana Dantas (org.). **O despertar do conhecimento na colina azulada**: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras. 2. ed. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. 390 p. ISBN 978-85-7822-019-8.

O Portal Vermelho. **Vilanova Artigas, o arquiteto comunista**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/266737-11>>, acessado em 18 ago. de 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 67-85, Mar. 2006.

PEREIRA, J. R. A. **INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ARQUITETURA**: Das Origens ao século XXI. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010. 383 p.

RIBEIRO, Enilda. **A missão do arquiteto**. Projeto: arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção, São Paulo, n.71, p. 12, janeiro 1985.

RIBEIRO, Enilda. **MISSÕES PRESENTES e futuras do arquiteto**. Projeto: arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção, São Paulo, n.70, p.15, 1984.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de livre-docente. 2015

Saúde Moradia. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BouAsSKgSFp/>>, acessado em 26 ago. de 2019.

SEIXAS, Silva Santos. **A Contribuição da Arqueologia da Arquitetura no Restauro: O Caso do Quarteirão dos Trapiches / Laranjeiras - Se**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, UFS, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12090/2/Silvia_Santos_Seixas.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

SILVA, A.L.S.V.; FONTENELE, C.M.; LYRA, L.E.G. **Desafios da Extensão Universitária e Escritórios Modelo**. Oculum Ensaios, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 335-346, jul.-dez. 2014.

UFS. **SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf>. Acesso em: 25/01/2020.

VILLELA, M.M.; MACHADO, L.R.S. **A inserção do ensino de arquitetura e urbanismo na prática social**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 188-211, mai.-ago. 2017.

VITRUVIUS. **The ten books on architecture**. New York, Dover, 1960. 332 p.

YANG, Philip; SALLES, Marisa Moreira; ALVIM, Tomás. **Luta por moradia: por que criminalizar a cidadania? Os processos de transformação urbana precisam incluir os mais vulneráveis**. *Drops*, São Paulo, ano 20, n. 143.02, Vitruvius, ago. 2019 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.143/7449>>.

